

Instituto Superior de Psicologia Aplicada



**VALIDADE ESTRUTURAL E VALIDADE EXTERNA DA *SELF-ASSESSED WISDOM SCALE*
NUMA AMOSTRA DE ADULTOS IDOSOS PORTUGUESES**

Catarina Inês Francisco Carrapiço

12993

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia

Especialidade em Psicologia Clínica

2009

Instituto Superior de Psicologia Aplicada

VALIDADE ESTRUTURAL E VALIDADE EXTERNA DA *SELF-ASSESSED WISDOM SCALE*
NUMA AMOSTRA DE ADULTOS IDOSOS PORTUGUESES

Catarina Inês Francisco Carrapiço

12993

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor António Diniz

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia

Especialidade em Psicologia Clínica

2009

Dissertação de Mestrado realizada sob orientação de Prof. Doutor António Diniz, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673 / 2006 publicado em Diário da Republica 2ª série de 26 de Setembro de 2006.

Agradecimentos

Ao Prof. Doutor António Diniz, pela disponibilidade, pelo apoio e pela (grande) paciência para responder às perguntas mais insignificantes.

À Dr.^a Paula, por nunca me ter deixado pensar, nem por um segundo, que não ia conseguir.

Ao meu pai, porque sem ele eu nunca teria chegado aqui.

À minha avó Florinda que, com toda a paciência do Mundo, me ensinou a ler e a escrever mesmo antes de entrar para a escola. Os poucos anos em que me acompanhou foram suficientes para que a saudade ficasse, cheia de boas recordações.

À minha avó Joaquina, que fazia todas as minhas comidas preferidas, e ao meu avô José, que me sentava ao seu colo e me lia poemas escritos por si (e pelo António Aleixo – não me esqueci, avô!), despertando em mim, desde cedo, o gosto pela escrita. Ainda tenho o poema que escreveste para mim, avô. Obrigada por terem tornado a minha infância um sítio onde ainda hoje vou buscar sorrisos. Obrigada por tudo – as palavras não chegariam para vos agradecer tudo o que fizeram por mim. Ainda sorrio quando penso em vocês, que partiram na altura certa – hoje, creio que não saberia perder-vos.

Ao Nuno, que não se importou de passar a ter só “bocadinhos de tempo” comigo.

A todos os idosos que participaram no estudo, pela disponibilidade, pelas conversas, pelas confidências, por tudo o que me ensinaram com as suas longas décadas de vida e com a sabedoria inerente a estas. E a todos os idosos que existem pelo Mundo e que, pelo simples facto de aparecerem nas estatísticas, me despertaram a atenção para a marginalidade afectiva em que vivem. Um dia, vou conseguir dar-vos mais de mim.

Por fim, a todos os “velhos” que se sentem confortáveis com a sua velhice o suficiente para que não se importem de ser chamados “velhos”. A todos os “velhos” que me mostraram, do alto dos seus 70, 80, 90 anos de sabedoria, que se o livro “O velho e o mar” se chamasse “O idoso e o mar”... bom, não teria piada nenhuma.

Resumo

Os objectivos do presente trabalho consistiam na validação estrutural das versões portuguesas da *Self-Assessed Wisdom Scale* (SAWS; Webster, 2003) e da *Rosenberg Self-Esteem Scale* (RSES; Rosenberg, 1965) e na validação externa da versão portuguesa da SAWS, através da criação e teste de um Modelo Preditor da Auto-Estima (MPAE) em adultos idosos. Por métodos não probabilísticos, seleccionou-se uma amostra de 240 sujeitos autónomos e voluntários, com um leque etário entre os 65 e os 90 anos ($M=72,7$), residentes na área da Grande Lisboa e maioritariamente pertencentes ao género feminino (60,8%). Através da modelação de equações estruturais (LISREL 8.53), obteve-se um modelo tetrafactorial hierárquico de 21 itens da SAWS e um modelo unifactorial de sete itens da RSES, ambos bem ajustados e com boas qualidades psicométricas. Por fim, obteve-se um bom ajustamento do MPAE em adultos idosos, em que a sabedoria foi tida como preditora da Auto-Estima (AE), tendo-se concluído que a sabedoria exerce uma influência positiva sobre a AE global.

Palavras-chave: adultos idosos, SAWS, auto-estima, modelação de equações estruturais, psicométrica aplicada.

Abstract

The aims of this work were to validate the portuguese versions of the *Self-Assessed Wisdom Scale* (SAWS; Webster, 2003) and of the *Rosenberg Self-Esteem Scale* (RSES; Rosenberg, 1965) and to test the external validity of the Portuguese version of the SAWS, through the creation and test of a Predictor Model of the Self-Esteem (PMSE) in old adults. Using non-probabilistic methods, we selected a sample of 240 autonomous and volunteer subjects, with an age range between 65 and 90 years old ($M=72,7$), living in Lisbon and mostly women (60,8%). Through structural equation modelling (LISREL 8.53), we obtained a 21-item hierarchical model with four factors of the SAWS and a seven-item model of the RSES, both well adjusted and with good psychometric qualities. At last, we obtained a good adjustment of the PMSE in the elderly, in which wisdom was predicting Self-Esteem (SE). We concluded that wisdom has a positive influence on global SE.

Key words: old adults, SAWS, self-esteem, structural equations modelling, applied psychometry.

O estudo da sabedoria antecede, largamente, as pesquisas que têm vindo a ser realizadas no âmbito da Psicologia. Na realidade, foi Platão o primeiro filósofo a levar a cabo uma análise extensa deste conceito, sendo que outros nomes, como o de Aristóteles, se encontram igualmente relacionados com o estudo da sabedoria (Sternberg, 1998). Referências à sabedoria também são passíveis de ser encontradas em textos religiosos, sendo que a maioria das religiões hoje em dia enfatiza a importância de viver em busca da verdade absoluta e divina, conceitos que, desde há centenas de anos, se encontram intrinsecamente relacionados com o de sabedoria (Baltes, 2004).

A sabedoria tem sido considerada a mais pura expressão do desenvolvimento humano (Baltes & Smith, 2008), a imagem de marca da virtude humana (Kekes, in Webster, 2007; Schwartz & Sharpe, 2006; Peterson & Seligman, 2004) e uma força psicossocial fundamental (Ardelt, 2003; Erikson, 1980; Sternberg, 1998; Webster, 2003). Para Webster (2007), a sabedoria é “a *competência* em, a *intenção* para, e a *aplicação* de, experiências de vida *críticas* para facilitar um *desenvolvimento óptimo* do *próprio* e dos *outros*.” (p.164, sublinhados do autor). Outra das definições, a de Baltes (2000, 2004), diz-nos que a sabedoria é matéria da mente, do carácter e da virtude, reunindo em si atributos cognitivos, afectivos e reflexivos e tendo um carácter universal e cultural. Kupperman (cit in Webster, 2009) diz-nos que “... a sabedoria é um factor importante (...) no que respeita a um bom padrão de escolha moral e também, num sentido mais amplo, no que respeita aos valores mais importantes para alcançar na vida” (p.8).

A fim de melhor situar este constructo, começamos pela distinção entre as teorias implícitas e as explícitas da sabedoria. Devido à natureza multidisciplinar deste conceito, a pesquisa no âmbito da Psicologia tem sido, igualmente, multifacetada. As teorias implícitas da sabedoria referem-se à pesquisa que tem por base abordagens do senso comum, ou seja, as concepções populares que as pessoas têm acerca da sabedoria. As teorias explícitas, por sua vez, enfatizam as manifestações comportamentais da sabedoria (Baltes & Staudinger, 2000). Importa referir, contudo, que ambas as teorias se encontram inter-relacionadas.

A sabedoria é um constructo cuja definição se tem tornado complexa. Não obstante a complexidade da sua definição, a sabedoria parece ser um bem desejável, conduzindo a uma maior qualidade de vida e a um mundo mais harmonioso (Coleman & O’Hanlon, 2004). Têm surgido, igualmente, algumas concordâncias dos autores no que respeita à sua multidimensionalidade, bem como à sua complexidade (Sternberg, 1998; Taranto, in Ardel, 1997; Webster, 2003). Esta consonância abrange, também, a actuação holística das dimensões que a constituem, não havendo acordo, contudo, no que respeita ao número de dimensões (Webster, 2003). Sabe-se, ainda, que os constituintes da sabedoria abrangem elementos de

índole afectiva, reflexiva e cognitiva (Ardelt, 1997, 2000; Baltes, 2004; Coleman & O'Hanlon, 2004; Webster, 2009). Além disso, ambas as teorias da sabedoria (implícitas e explícitas) afirmam que os sujeitos sábios são peritos na tomada de decisões e em aconselhar os outros (Webster, 2009). Ao mesmo tempo, têm surgido concordâncias no que respeita ao progresso e ao aperfeiçoamento da sabedoria. Baltes e Staudinger (2000), bem como Kunzmann e Stange (2007), referem a necessidade de uma integração do contexto com factores individuais e com os factores relativos à perícia. Assman (in Baltes, 2004), porém, refere que a reunião de todos estes factores num só indivíduo é pouco plausível, sugerindo a existência de várias sabedorias em detrimento de uma. Assim, também têm surgido algumas incongruências concernentes à definição da sabedoria, o que originou a elaboração de várias perspectivas explicativas deste constructo. Neste âmbito, podemos referir: Paul Baltes e os seus colaboradores (2000, 2004, 2008), que têm vindo a desenvolver aquele que é o programa de pesquisas mais extensivo nesta área, conceptualizando este constructo enquanto sistema perito em lidar com o significado e o modo como conduzimos a nossa vida; Robert Sternberg (1998, 2001), que integra o estudo da sabedoria no seu trabalho sobre inteligência e criatividade; Monika Ardel (1997, 2000, 2003) que nos propõe um modelo de sabedoria que integra características cognitivas, reflexivas e afectivas da personalidade; e Jeffrey Webster (2003, 2007), cuja teoria serviu de base a este trabalho.

Webster (2003, 2007) apresenta-nos uma teoria da sabedoria que, tal como as anteriores (Ardelt, 1997, 2000, 2003; Baltes & Kunzmann, 2004; Baltes & Staudinger, 2000; Sternberg, 1998, 2001;), nos transmite a ideia de que os componentes da sabedoria, quaisquer que sejam, operam de forma holística, sendo cada um deles necessário mas não suficiente à ocorrência e ao progresso da sabedoria. Com base nas dimensões que, ao longo do tempo, têm sido mais apontadas como sendo constituintes da sabedoria, Webster (2003) sugere-nos uma teoria pentadimensional, com as seguintes dimensões: a Abertura à Experiência, a Regulação Emocional, o Humor, a Experiência de Vida e a Reminiscência e Reflexividade. No que respeita à Abertura à Experiência, podemos referir que, uma vez que a maioria dos problemas com que nos deparamos são multiplamente determinados, a abertura a pontos de vista, informações e estratégias de resolução alternativos optimizam os nossos esforços para vencermos os obstáculos de forma eficiente, munindo-nos de competências nas quais poderemos basear-nos no futuro (Webster, 2003, 2007). Quanto à Regulação Emocional, esta envolve uma sensibilidade extrema face às distinções vulgares, às nuances subtis e às combinações complexas de toda a variedade dos afectos (Webster, 2003, 2007). Reconhecer, abranger e usar emoções de forma construtiva (juntamente com a expressão apropriada das emoções) seria, de acordo com o autor, sinal de sabedoria. Segundo Webster (2007), uma

consequência da integridade emocional das pessoas sábias seria o desenvolvimento de um sentido de humor particular. Assim, o Humor permite que os sujeitos o reconheçam, o apliquem em vários contextos e desfrutem dele (Webster, 2003, 2007). Saliente-se que nem todos os tipos de humor contribuem para a sabedoria; o reconhecimento da ironia e o humor que visa a diminuição do stress são exemplos de tipos de humor que podem ser relacionados com a sabedoria. No que concerne à Experiência de Vida, Webster (2003, 2007) afirma que o que leva à sabedoria são as experiências difíceis, moralmente desafiantes e que requerem algum grau de profundidade, e não a experiência geral acumulada, indo ao encontro da perspectiva de Noam (cit in Webster, 2003): "...as pessoas que experienciaram histórias de vida difíceis são aquelas que são impulsionadas para uma maior sabedoria e um significado mais profundo" (p.14). A resolução positiva dos problemas fundamentais da vida e a adaptação das estratégias de *coping* em ambientes causadores de stress seriam favoráveis ao desenvolvimento da sabedoria. Ter a capacidade de reflectir acerca destas situações seria uma condição igualmente necessária ao desenvolvimento da sabedoria. Assim, a Reminiscência e a Reflexividade referem-se a uma reflexão avaliativa da vida passada e presente do sujeito. Ao examinarmos a nossa própria vida, criamos oportunidades para identificarmos os nossos pontos fortes e fracos, cujo reconhecimento nos permite melhorá-los e, ao mesmo tempo, explorar o significado das nossas vidas até então. Podemos referir, relativamente à Reminiscência, que esta é vista como um mecanismo conducente à integridade do *Ego* (Erikson, 1980; Webster, 2003). Deste modo, Webster (2003, 2007) conceptualiza a sabedoria como uma coesão multidimensional de cinco factores interdependentes que, quando holisticamente combinados a um grau elevado num sujeito, nos permitem considerá-lo sábio. Com base nesta teoria, Webster (2003, 2007) constrói uma escala de avaliação da sabedoria, a *Self-Assessed Wisdom Scale (SAWS)*.

Se a sabedoria é um constructo milenar, semelhante afirmação pode ser feita relativamente à Auto-Estima (AE), se tivermos em conta as referências que existem a um conceito que lhe é intrínseco: o *self*. Ainda que encontremos referências ao *self* em textos datados de há largas centenas de anos atrás, foi só no final do século XIX que surgiu a primeira abordagem psicológica à AE, levada a cabo por William James (1890).

Ao longo dos anos, têm sido várias as tentativas de definir a AE, sem que se tenha chegado a um consenso, o que torna este constructo tão antigo quanto controverso. Rosenberg (1965; Rosenberg, Schoenbach, Schooler & Rosenberg, 1995) vê a AE global como a atitude positiva ou negativa que o indivíduo assume face ao *self* como um todo e que implica auto-aceitação, respeito por si próprio e sentimentos de valor próprio. Harter (1993), por sua vez, define a AE como a apreciação global que cada indivíduo faz de si próprio, apreciação esta

que atravessa todas as dimensões da sua vida e que pode reflectir a discrepância entre as percepções de *self* ideais e as reais (Fontaine & Antunes, 2001/2002; Renaud & McConnell, 2007), à semelhança do que James (1890) afirmava. Para Bedner, Wells e Peterson (1989), a AE é um atributo psicológico que responde a retro-informação credível e consistente, oriundo quer de fontes externas, quer de fontes internas. Outra definição, a de Coopersmith (1975), diz-nos que a AE é a avaliação que o sujeito faz e mantém acerca de si próprio, que expressa uma atitude de aprovação ou desaprovação e que nos diz até que ponto o indivíduo acredita que é capaz, significante, bem sucedido e respeitável. Para Kaplan (in Harter, 1983), a AE é, ainda, uma motivação universal. Todavia, há algo que parece ser comum às definições de AE de vários autores: que esta se refere aos aspectos avaliativos e afectivos do conhecimento de si próprio (Garaigordobil & Durá, 2006; Campbel & Lavallee, Sanchez & Escribano, in Moser, Niser, Oliveira & Quadros, 2002; Vaz Serra, 1988).

No que respeita à operacionalização da AE, a discordância mantém-se. James (1890) e Cooley (in Harter, 1983) consideravam ambos a existência de uma AE global, em simultâneo com as avaliações específicas que fazemos de nós. Alguns autores mais recentes, porém, tendem ou a enfatizar a natureza global da AE ou a vê-la como um conjunto de avaliações específicas (Harter, 1983). Enquanto autores como Coopersmith (in Harter, 1983, 1998) e Piers e Harris (in Harter, 1998) conceberam a AE como sendo de natureza global, outros autores adoptaram uma concepção diferente deste constructo.

Harter (1993, 1998), numa teoria multidimensional, considera o desenvolvimento cognitivo como inerente ao desenvolvimento da AE, sugerindo que o desenvolvimento cognitivo afecta, uma vez que a representação que um sujeito faz de si próprio depende da competência que este tem para representar o real, encontrando-se, assim, dependente do desenvolvimento das estruturas cognitivas individuais. Harter (1983) salienta que, além das dimensões da AE, devemos considerar a AE global. Também Epstein (in Harter, 1983), numa teoria hierárquica da AE, sugere que a AE global se encontra no topo da pirâmide, abaixo da qual se encontrariam outras dimensões da AE. Ao mesmo tempo, Rosenberg (1965) defende que devemos reter a noção de AE global e, em simultâneo, focar-nos nos constituintes da AE, uma vez que estes não são idênticos e que ambos existem enquanto entidades distintas no campo fenomenológico do indivíduo. O autor acrescenta ainda que o não reconhecimento destes factos tem trazido uma série de mal entendidos na literatura respeitante à AE. É precisamente na teoria de Morris Rosenberg, que serviu de linha de orientação para o presente trabalho, que iremos focar-nos.

Rosenberg (1965; Rosenberg et al., 1995) faz uma distinção entre AE global e AE específica, sendo a primeira a atitude positiva ou negativa que o indivíduo assume face ao *self*

enquanto um todo e a segunda, a atitude que o sujeito assume face a um domínio em particular. Na tentativa de esclarecer a relação entre estes dois conceitos, Rosenberg e colaboradores (1995) referem que a AE é, acima de tudo, uma atitude face a um objecto, ainda que quem adopta a atitude e o objecto (o *self*) sejam o mesmo. Assim, podendo nós assumir atitudes face a um objecto enquanto todo ou face a algumas das suas dimensões em particular, a AE pode ser, igualmente, global ou específica, consoante se refira ao *self* na sua totalidade ou a uma faceta específica do *self*, respectivamente. Segundo Rosenberg e colaboradores (1995), tal como qualquer atitude, a AE inclui elementos cognitivos e afectivos, podendo variar em termos de conteúdo, de direcção, de intensidade, de importância, de saliência, de consistência, de estabilidade e de clareza (Rosenberg, 1965). À semelhança do sugerido por outros autores (Harter, 1993; James, 1890), Rosenberg e colaboradores (1995) defendem a ideia de que nós diminuimos a importância que damos a certos domínios, nos quais temos menor desempenho, o que teria como função proteger a nossa AE global. A estar correcta, esta ideia sugere que a AE global e a AE específica são fenómenos diferentes que, ainda que se encontrem inter-relacionados de uma forma dinâmica, não são intermutáveis. Assim, tanto a AE global como a AE específica seriam relevantes, mas por diferentes motivos. A AE específica seria mais relevante no que respeita ao comportamento, funcionando como preditora de comportamentos específicos, enquanto a AE global teria mais relevância no que concerne ao bem-estar psicológico, podendo funcionar, igualmente, como preditora desta variável (Rosenberg et al., 1995). Segundo os autores, a ausência desta distinção entre a AE global e a AE específica levaria, frequentemente, a que as relações entre a AE e outras variáveis fossem mais fracas do que seria expectável, pois as variáveis escolhidas estariam a ser relacionadas com o tipo de AE errado. Rosenberg e colaboradores (1995) referem, ainda, que a AE global tende a ter uma grande carga afectiva, enquanto que a AE específica é mais avaliativa. Importa ainda referir que, segundo Rosenberg (1965, 1986), ter uma AE elevada seria sinónimo de sentir-se bom o suficiente, e não superior aos outros. Assim, um sujeito com uma AE elevada respeitar-se-ia a si próprio, considerando que tem valor, aceitando que não é perfeito e procurando melhorar. Uma AE reduzida, pelo contrário, implicaria auto-rejeição, insatisfação consigo próprio, ausência de respeito pelo *self* observado e um desejo de ser diferente.

Com base na sua teoria da AE, Rosenberg (1965) desenvolveu uma escala de 10 itens, conhecida como *Rosenberg Self-Esteem Scale (RSES)*, cujo objectivo é o de avaliar a AE global. Contudo, importa referir que há evidências empíricas que apontam quer uma estrutura unidimensional da escala (Greenberger, Chen, Dmitrieva, & Farruggia, 2003), quer uma estrutura bidimensional (Bachman & O'Malley, Goldsmith, Kaplan & Pokorny, Owens, in

Greenberger, Chen, Dmitrieva & Farruggia, 2003; Carmines & Zeller, Hensley & Roberts, Kaufman, Rasinski, Lee, & West, in Quilty, Oakman & Risko, 2006).

Apresentada a revisão de literatura, passamos à descrição do modelo preditor da AE que aqui propomos. Da revisão de literatura constata-se que os estudos empíricos realizados sobre a sabedoria, além de poucos, verificam-se algo inconclusivos, nomeadamente no que respeita ao número de dimensões que a constituem e à sua operacionalização. Saliente-se que, embora a sabedoria seja um conceito milenar, as investigações empíricas nesta área são ainda muito recentes, motivo pelo qual não abundam no domínio da Psicologia (Webster, 2009). Acrescenta-se ainda que a sabedoria está intrinsecamente relacionada com a velhice, pelo que a maioria dos estudos empíricos realizados tem como alvo a população adulta idosa.

Relativamente à AE, apesar de serem muitos os trabalhos de pesquisa realizados com crianças, com adolescentes e mesmo com adultos, a população idosa não tem tido a devida atenção, como podemos constatar pela escassez de estudos que a têm como população alvo. Nas últimas décadas, têm surgido várias afirmações de que a AE é um factor fulcral no que respeita ao processo de adaptação à velhice (Woods, 1999). Assim, e tendo vindo a verificar-se um crescimento da população idosa quer a nível mundial (Kinsella & Velkoff, 2001), quer a nível nacional (Instituto Nacional de Estatística, 2008), torna-se premente uma aproximação e uma maior compreensão do funcionamento desta faixa etária, tornando-se igualmente inadiável o contributo da Psicologia para uma visão positiva do desenvolvimento. Sabendo-se de antemão a centralidade que a AE tem no funcionamento e no bem-estar psicológicos de outras faixas etárias (Conn, Taylor & Hayes, Roberto, in Forthofer, Janz, Dodge & Clark, 2001), e sendo a AE um constructo relativamente estável ao longo da vida (Bengston, Reedy & Gordon, Baltes & Baltes, in Woods, 1999; Ryff, in Coleman & O'Hanlon, 2004), só podemos esperar que a AE seja, analogamente, central ao funcionamento do idoso.

Ainda que não sejam conhecidos estudos que relacionem a sabedoria e a AE, é possível encontrar na literatura evidências que sugerem um ponto de conexão entre estes dois constructos. Erik Erikson (1980), na sua teoria do desenvolvimento, diz-nos que a última fase da vida é caracterizada pela crise integridade-desejo, cuja virtude a conquistar é a sabedoria. A sabedoria surge, então, como resultado da resolução das últimas crises que ocorrem na idade adulta, quando a pessoa se confronta com a sua morte e tende a reflectir acerca de toda a sua vida. Webster (2007, 2009) fornece-nos evidências fortes da existência de uma ligação teórica e empírica entre a sua teoria da sabedoria e o enquadramento teórico proposto por Erikson, ao encontrar relações entre aquele constructo e a integridade do *Ego* proposta por este autor. A integridade do *Ego* pressupõe a aceitação da vida que vivemos, o que implica aceitarmos os erros cometidos e as consequências das nossas acções, sem que daí

resulte um remorso excessivo. Também a sabedoria abrange, então, uma aceitação e uma compreensão do mundo e das pessoas no geral, incluindo uma ligação a várias culturas, gerações e meios sociais, em detrimento da ligação outrora existente a uma geração específica. Podemos, assim, inferir que a sabedoria está intrinsecamente relacionada com um modo positivo de encarar a velhice, com todas as adversidades que esta traz consigo. Por outro lado, Bengston, Reedy e Gordon (in Woods, 1999) afirmam que um modo negativo de encarar a velhice está relacionado com uma baixa AE. Outros estudos sugerem mesmo que as atitudes negativas face à velhice são preditoras da perda de AE nesta fase da vida (Mertens & Wimmers, Coleman et al., in Woods, 1999).

Estes resultados permitem-nos considerar que a sabedoria estará relacionada com a AE, podendo níveis elevados de sabedoria (que supõem uma atitude positiva face à velhice) ser preditores de uma AE igualmente elevada na velhice. Estas considerações encontradas na literatura permitiram-nos estabelecer uma conexão entre a sabedoria e a AE, possibilitando a elaboração de um modelo, teórico ou hipotético, preditor da AE em adultos idosos. Neste âmbito, espera-se que a sabedoria exerça uma influência positiva sobre a AE global.

Esta investigação tem, portanto, dois objectivos. O primeiro objectivo concerne à validação estrutural da Escala de Auto-Avaliação da Sabedoria (EAAS; Amado, 2008) e da Escala de Auto-Estima de Rosenberg (EAER; Pelouro, 2006). O segundo objectivo, por sua vez, consiste no teste da validade externa da EAAS, que foi feito através do teste do Modelo Preditor da Auto-Estima (MPAE) apresentado na Figura 1.

<Figura 1>

Método

Participantes. A amostra utilizada neste estudo foi constituída por 240 idosos autónomos, não institucionalizados, voluntários, controlados para demência e depressão e residentes na área da Grande Lisboa. O leque etário situava-se entre os 65 e os 90 anos ($M=72$), tendo a maioria dos sujeitos menos de 80 anos (85,4%) e pertencendo ao género feminino (60,8%). No que respeita às habilitações literárias dos participantes, estas variavam entre os 0 e os 22 anos de escolaridade ($M= 5$), sendo que a maioria dos sujeitos tinha a frequência do primeiro ciclo (57,9%) e 9,2% eram analfabetos. Quanto à religião, a maioria era praticante na religião que professava (52,1%). Relativamente ao estado civil, a maioria dos sujeitos era casada ou vivia maritalmente (62,5%), sendo que, no total, 28,3% dos sujeitos

viviam sós. Quanto à situação laboral, verificámos que a maioria dos sujeitos era reformada (73.3%). Assim sendo, e considerando os dados do INE (2008), constatamos que a nossa amostra é semelhante à população portuguesa quanto ao género, ao estado civil, à idade e à situação laboral, mas diferente quanto ao nível de escolaridade.

Instrumentos. Escala de Auto-Avaliação da Sabedoria (EAAS): A versão original da EAAS é a *Self-Assessed Wisdom Scale (SAWS)*, desenvolvida por Webster (2003, 2007). A escala apresentou boas propriedades psicométricas, ao nível da consistência interna (alpha de Cronbach = .78), da validade de conteúdo e da validade de constructo, correlacionando-se com a generatividade e a integridade do *Ego*. A versão original era constituída por 30 itens, distribuídos equitativamente pelas cinco dimensões sendo que, posteriormente, Webster (2007) acrescentou 10 itens à escala (dois itens para cada dimensão), ficando esta composta por 40 itens. Esta versão da escala apresentou uma boa fiabilidade pelo método de teste-reteste (.84) e uma boa consistência interna (alpha de Cronbach de .87). A SAWS baseia-se numa concepção multidimensional da sabedoria, avaliando este constructo com respeito a cinco dimensões interdependentes que operam holisticamente. A resposta é dada numa escala de Likert com pontuação de 1 a 6.

A versão portuguesa da escala utilizada neste estudo foi traduzida e adaptada por Amado (2008). Neste estudo, foram retirados alguns itens da EAAS, tendo mesmo sido retirado o factor Humor para melhorar o ajustamento do modelo. Quanto à fiabilidade compósita e à validade convergente dos factores, os valores foram, respectivamente: Experiência de Vida, .73 e .30; Regulação Emocional, .65 e .22; Reminiscência e Reflexividade, .78 e .36; e Abertura à Experiência, .59 e .23. Quanto à totalidade da escala, obteve-se uma fiabilidade compósita bastante boa (.91); a validade convergente, porém, apresentou-se baixa (.28), o que não afectou, contudo, a plausibilidade do modelo testado. Seguidamente, Amado (2008) levou a cabo outro estudo, onde testou, à semelhança de Webster (2007), uma estrutura factorial onde as quatro dimensões que ficaram no estudo anterior foram tidas como variáveis manifestas (mas isentas de erro) da sabedoria, com o objectivo de legitimar o cálculo de uma nota global para este constructo. Este modelo verificou-se plausível. No que respeita às qualidades psicométricas deste modelo, a consistência interna foi de .52 e a validade convergente, de .25. Nesta versão, para cada item da prova é pedido ao sujeito que se situe numa escala que pode ir de 1 (discordo totalmente) até 4 (concordo totalmente). Esta redução de 6 para 4 pontos deveu-se a um estudo piloto realizado com adultos idosos portugueses, que demonstrou a existência de dificuldades de adaptação à escala de resposta original por parte dos mesmos.

Escala de Auto-Estima de Rosenberg (EAER): A versão original da EAER é a *Rosenberg Self-Esteem Scale (RSES)*, desenvolvida por Morris Rosenberg (1965). Esta escala, destinada a avaliar a AE global, é composta por 10 itens, tendo cinco itens uma formulação negativa (1, 2, 4, 6 e 7) e os outros cinco, uma formulação positiva (3, 5, 8, 9 e 10). As respostas são dadas numa escala de 1 (concordo totalmente) a 4 (discordo totalmente). Esta tem sido a escala mais utilizada no que respeita à mensuração da AE global. Apesar de originalmente ter sido construída para adolescentes e adultos (Rosenberg, 1965), posteriormente verificou-se a sua aplicabilidade a crianças (Rosenberg, 1979, in Harter, 1983) e a idosos, tendo-se verificado uma escala adequada à mensuração da AE global em idosos não institucionalizados (Classen, Velozo & Mann, 2007).

Ainda que a escala tenha sido desenvolvida pelo autor como sendo unidimensional, a estrutura factorial empírica da escala tem sido alvo de debate desde há décadas (Greenberger et al., 2003). Várias pesquisas, nas quais se realizaram análises factoriais da estrutura da escala, sugerem que esta reflecte um constructo bidimensional (Bachman & O'Malley, Goldsmith, Kaplan & Pokorny, Owens, in Greenberger, Chen, Dmitrieva & Farruggia, 2003), sendo que os itens negativos reenviariam para um factor (a AE negativa) e os positivos, para outro factor (a AE positiva). Alguns autores, contudo, colocaram a hipótese de esta estrutura bifactorial resultar da formulação dos itens (Greenberger et al., 2003; Marsh, 1996; Tomás & Oliver, 1999). Assim sendo, estes dois factores seriam apenas o reflexo de problemas relacionados com o enviesamento das respostas dos sujeitos, como a tendência destes para concordar com frases positivas sobre si e para discordar com frases negativas sobre si. A este enviesamento, Marsh (1996) acrescentou a hipótese de que discordar com frases formuladas na negativa traria consigo um grau acrescido de complexidade cognitiva à tarefa de responder a um questionário, hipótese que veio a confirmar. A maioria das pesquisas realizadas com o objectivo de verificar a existência de um ou de dois factores na *RSES* concluíram, após o controlo de efeitos de método, que esta escala apresenta uma estrutura factorial unidimensional, sendo a estrutura bifactorial já sugerida considerada o resultado da formulação positiva ou negativa dos itens (Greenberger et al., 2003; Marsh, 1996; Tomás & Oliver, 1999). A ampla utilização desta escala em inúmeras investigações permitiu concluir acerca das suas qualidades psicométricas, verificando-se que, na maioria dos casos, esta demonstra bons níveis de consistência interna (alpha de Cronbach > .80) e boa fiabilidade pelo método teste-reteste (.85) (Santos & Maia, 1999). A *RSES* apresenta ainda outras qualidades, nomeadamente a facilidade de administração, a economia no que respeita ao tempo de aplicação, a já referida unidimensionalidade e a validade de constructo (Rosenberg, 1965), demonstrando correlacionar-se positivamente com o optimismo e com a satisfação

com a vida (Diener & Diener, in Santos & Maia, 1999; Greenberger et al., 2003) e negativamente com os sintomas depressivos (Fleming & Courtney, 1984; Greenberger et al., 2003; Rosenberg, 1965). Relativamente à versão portuguesa da escala, foi feita uma tradução e adaptação por Santos e Maia (1999), com adolescentes portugueses, na qual as características psicométricas da escala demonstraram uma boa consistência interna (alpha de Cronbach =.84), bem como uma estrutura factorial unidimensional, o que valida o modelo proposto por Rosenberg (1965). No que respeita à tradução da *RSES* para a população idosa portuguesa, a versão utilizada neste estudo é de Pelouro (2006).

Procedimento. O procedimento utilizado para contactar os adultos idosos teve por base métodos de amostragem não probabilísticos – tipo *snowball*, amostragem de conveniência e informantes privilegiados. Foram contactadas pessoas conhecidas ou em Centros de Dia, que nos indicavam outras pessoas que poderiam participar no estudo e assim sucessivamente. Eram excluídos todos os adultos idosos que apresentassem demência e/ou depressão, rastreadas, respectivamente, através da aplicação das versões portuguesas do *Mini-Mental State Examination (MMSE)*; Folstein, Folstein & McHugh, 1975; versão portuguesa de Guerreiro et al., 1994) e da *Geriatric Depression Scale: Short Form* (Escala de Depressão Geriátrica – EDG; Sheikh & Yesavage, 1986; versão portuguesa de Martins, 2009). Considerando o impacto da viuvez na velhice (Bennett, 2005; Peters & Liefbroer, 1997), foram igualmente excluídos os sujeitos que teriam enviuvado num período de até seis meses antes da aplicação dos questionários.

Antes da aplicação, foi lido um pequeno texto que informava os participantes do objectivo do estudo, garantia o anonimato e a confidencialidade das respostas, bem como a destruição dos dados após a publicação do estudo e assegurava-os de que não haveria retro-informação acerca dos mesmos. Os participantes foram igualmente informados acerca da possibilidade de, a qualquer altura, desistirem da sua participação, sem que isso tivesse qualquer tipo de consequência. A aplicação começou por ser feita com um questionário sócio-demográfico, no qual se pretendia obter informações para caracterizar a amostra. Seguiu-se a aplicação do *MMSE* e da EDG. No caso de o sujeito demonstrar sinais de demência e/ou de depressão, os restantes questionários não eram aplicados. Caso contrário, seguia-se a aplicação da EAER e da EAAS. O tempo de aplicação deste conjunto de escalas rondava os 30 minutos. A recolha dos dados teve lugar na habitação dos participantes ou noutros locais da sua escolha, sendo sempre realizada individualmente. Os questionários foram hetero-administrados, devido à percentagem de adultos idosos analfabetos ou pouco letrados existente em Portugal (INE, 2008) e as aplicações foram realizadas preferencialmente na parte

da manhã, por consideração aos ritmos circadianos dos adultos idosos (Li, Hasher, Jonas, Rahhal & May, 1998). Foram evitadas aplicações em épocas de celebrações e festividades (como o Natal), por podermos supor que estas são particularmente passíveis de trazer recordações difíceis para os idosos, principalmente para aqueles que vivem sozinhos.

Terminada a recolha dos dados, estes foram inseridos no *SPSS for Windows* (v. 15.0 SPSS Inc., Chicago, IL). Foi efectuada uma análise descritiva das características da amostra. Os valores omissos, verificados no item 5 da EAAS, foram substituídos pelo valor da mediana dos restantes itens. Posteriormente, criou-se um ficheiro com os resultados relativos à aplicação da EAAS e da EAER, tendo os itens negativos desta última escala sido recodificados. Este ficheiro foi convertido em ficheiros DAD com os dados de cada escala, que foram importados para o *LISREL 8.53* (Jöreskog & Sörbom, 2002). Com o *PRELIS 2* (Jöreskog & Sörbom, 1999), e tendo em conta a métrica ordinal dos itens (*Likert* de 4 pontos), calculou-se a matriz de covariância assintótica das correlações policóricas dos dados que, posteriormente, foi lida e trabalhada pelo *LISREL 8-SIMPLIS* (Jöreskog & Sörbom, 1997). A estrutura factorial do modelo foi testada, então, através da Análise Factorial Confirmatória (AFC), recorrendo a um conjunto de técnicas, que englobavam a já referida estimação das matrizes de correlações policóricas (PC) e a técnica *Diagonally Weighted Least Squares* (DWLS; Jöreskog & Sörbom, 1999), que envolve o robusto *Satorra-Bentler scaled chi square* (S-B χ^2 ; Satorra & Bentler, 1994). Esta técnica é apropriada para testar modelos com variáveis categoriais ordinais em amostras de pequena e médio factor, e também para modelos de média e grande dimensão (Flora & Curren, 2004). O método de estimação utilizado foi, então, o PC-DWLS-SB χ^2 .

Seguidamente, e de acordo com uma lógica de “geração de modelos” (Jöreskog & Sörbom, 1997), procedeu-se à análise do ajustamento do modelo da EAAS. Para a avaliação do ajustamento do modelo, foram considerados os resultados dos índices de ajustamento [*goodness of fit (GOF) indexes*]. Assim, e segundo Bentler (2007), utilizaram-se conjuntamente o *comparative fit index* (CFI; Bentler, 1990), o *root mean square error of approximation* (RMSEA; Steiger, 1990) e o *standardized root mean square residual* (SRMR; versão estandardizada do RMR de Jöreskog & Sörbom, 1981). Analisaram-se também os resultados obtidos para o *qui-quadrado relativo* (χ^2/gl), calculado através do valor do χ^2 a dividir pelo número de graus de liberdade. Deste modo, e para podermos afirmar o bom ajustamento do modelo, considera-se que: o CFI deve ser igual ou superior a .95 (Hu & Bentler, 1999), ainda que .90 seja tido como aceitável (Ullman, 1996); o RMSEA deve ser igual ou menor do que .06 (Hu & Bentler, 1999), mas valores iguais ou menores do que .08

também são aceitáveis (Browne & Cudeck, 1993); o *SRMR* deve ser próximo ou menor do que .08 (Hu & Bentler, 1999); e o ratio χ^2/df deve ser menor do que 3.00 (Kline, 2005).

Relativamente à reespecificação do modelo, esta foi realizada com base na inspecção das matrizes dos resíduos estandardizados e nos índices de modificação fornecidos pelo *LISREL 8*, não esquecendo a interpretação substantiva das alterações efectuadas (MacCallum, Roznowski & Necowitz, 1992). Seguiu-se a verificação dos critérios de Fornell e Larcker (1981) para apreciar a validade convergente de um factor (variância média extraída dos itens pelo factor; $VME > .50$; calculada através da fórmula $[(\text{SUM}(cfe_i^2))/[\text{SUM}(cfe_i^2) + \text{SUM}(e_i)]]$, onde cfe_i = carga factorial estandardizada dos itens e e_i = variância estandardizada do erro dos itens). Ainda de acordo com estes autores, verificou-se a fiabilidade compósita dos factores (calculada através da fórmula $[(\text{SUM}(cfe_i)^2)/[(\text{SUM}(cfe_i)^2 + \text{SUM}(e_i)]]$), tendo por critérios de análise dos resultados os valores de .70 para resultados iniciais de validação, .80 para comparação de grupos e .90 para diagnóstico individual (Nunnally & Bernstein, 1994).

Resultados

Validação estrutural da EAAS

O processo de geração de modelos iniciou-se pelo teste do ajustamento do modelo penta-factorial oblíquo da EAAS. O ajustamento do modelo apresentou-se aceitável, como pode constatar-se na Tabela 1 (M1).

<Tabela 1>

Testou-se, ainda, o modelo penta-factorial hierárquico, que também se verificou plausível, como pode ser verificado na Tabela 1 (MH1). Entretanto, o item 39 (“Consigo fazer troça de mim mesmo(a) para confortar outros”) foi retirado, uma vez que se verificou não ser estatisticamente significativo ($\beta = .36$; $t(239) = 1.82$; $p < 0.05$). Na Tabela 1 encontram-se os índices que demonstram a plausibilidade do modelo, após novo teste sem o item 39 (MH2). Note-se que, apesar do ajustamento aceitável apresentado por ambos os modelos, neste trabalho optámos pelo modelo hierárquico, uma vez que este vai ao encontro do pressuposto teórico defendido pela maioria dos autores – o de que, ainda que a sabedoria seja um constructo multidimensional, os seus factores operam de um modo holístico, o que torna a sabedoria um constructo unidimensional num nível de descrição mais abstracto (Ardelt, 2003; Sternberg, 1998; Webster, 2003, 2007, 2009).

Depuraram-se, depois, os factores para que estes ficassem com uma VME aceitável.

Ao fazê-lo, verificou-se que o factor Abertura à Experiência não tinha valores aceitáveis no que respeita à validade convergente (.30) e que esta não se tornou aceitável com a eliminação da maioria dos itens, o que levou à sua exclusão. Dos restantes factores, apenas a Reminiscência e Reflexividade apresentava uma boa validade convergente (.71), pelo que foram excluídos itens (com cargas factoriais inferiores a .50) dos outros factores. Assim, da Experiência de Vida (VME = .36), foram retirados os itens 1 (“Ultrapassei várias situações dolorosas na minha vida”), 6 (“Já tive de tomar várias decisões importantes na vida”), 16 (“Vivi vários dilemas morais”) e 26 (“Atravessei muitas mudanças difíceis na vida”); do Humor (VME = .40), os itens 9 (“Podem existir aspectos cómicos mesmo nas situações de vida mais difíceis”), 14 (“Tento e encontro um lado cómico quando lido com uma mudança importante na minha vida”), 19 (“Chego facilmente ao riso”) e 24 (“Nesta fase da minha vida, acho fácil rir-me dos meus erros”); e da Regulação Emocional (VME = .39), os itens 2 (“É fácil para mim ajustar as minhas emoções às situações em que me encontro”), 7 (“As emoções não tomam conta de mim quando tomo decisões pessoais”), 22 (“Posso expressar livremente as minhas emoções sem sentir que posso perder o controlo”) e 32 (“Consigo controlar as minhas emoções quando a situação assim o exige”). Os factores ficaram com valores aceitáveis de validade convergente: Experiência de Vida = .50; Humor = .53; Regulação Emocional = .51. No que respeita à fiabilidade compósita, esta mostrou-se boa nos factores Experiência de Vida (.80), Humor (.77), Regulação Emocional (.81) e Reminiscência e Reflexividade (.95).

Após a depuração dos factores, voltou a testar-se o modelo, agora tetrafactorial hierárquico (Tabela 1, MH3). Neste modelo, constatou-se que o item 29 (“Uso muitas vezes o humor para pôr os outros à vontade”) é o mais preciso a representar o factor Humor ($R^2 = .66$), enquanto o item 4 (“Consigo rir-me dos meus embaraços pessoais”) é o que pior o representa ($R^2 = .36$); o item 21 (“Vi muito do lado negativo da vida (ex. desonestidade, hipocrisia)”) é o que melhor representa o factor Experiência de Vida ($R^2 = .57$), enquanto que o item 36 (“Aprendi lições de vida valiosas com os outros”) é o que menos o representa ($R^2 = .42$); para representar o factor Regulação Emocional, o item mais preciso é o 27 (“Sou bom (boa) a identificar pequenas emoções em mim próprio(a)”) ($R^2 = .65$) e o menos preciso é o 17 (“Sou muito bom (boa) a perceber os meus estados emocionais”) ($R^2 = .45$); e para representar o factor Reminiscência e Reflexividade, o item mais preciso é o 28 (“Lembrar os meus velhos tempos ajuda-me a compreender questões importantes da vida”) ($R^2 = .82$) e o menos preciso é o 38 (“Reviver na memória sucessos passados aumenta a minha confiança de hoje”) ($R^2 = .62$). Verificou-se também que o item 4, do factor Humor, era o que pior representava a sabedoria ($R^2 = .36$) e que o item

28, do factor Reminiscência e Reflexividade, ($R^2 = .82$) era o que melhor representava este factor. Estes valores podem ser observados na Tabela 2.

<Tabela 2>

Constatou-se, por fim, que o factor Experiência de Vida era o que melhor representava a sabedoria ($R^2 = .82$), enquanto que o factor que menos a representava era a Reminiscência e Reflexividade ($R^2 = .66$).

Validação estrutural da EAER

Relativamente à EAER, o modelo testado verificou-se inadmissível, uma vez que o *RMSEA* e o ratio χ^2/gl se encontravam acima do desejável, bem como o *SRMR*. Estes índices de ajustamento podem ser verificados na Tabela 3 (M1).

<Tabela 3>

Acrescentou-se, então, uma covariância de erro entre os itens 2 (“Acho que tenho várias qualidades”) e 3 (“Bem vistas as coisas, tenho tendência para pensar que sou um fracasso”) e entre os itens 9 (“Não há dúvida que às vezes me sinto inútil”) e 10 (“Às vezes acho que não presto para nada”). Seguiu-se um novo teste do modelo, verificando-se que este se tornou plausível. Os resultados deste modelo encontram-se na Tabela 3 (M2).

Apesar da plausibilidade do modelo, ao confirmar a validade convergente da escala verificou-se que esta também apresentava problemas (.40), o que levou à exclusão dos itens que apresentavam cargas factoriais inferiores a .50. Assim, eliminaram-se os itens 5 (“Sinto que não tenho muito do que me orgulhar”), 8 (“Gostava de ter mais respeito por mim próprio”), 9 e 10, aumentando a validade convergente para .51. Constatou-se ainda que a fiabilidade compósita também era boa (.86). O modelo voltou a ser testado, apresentando um bom ajustamento, como pode observar-se na Tabela 3 (M3). Constatou-se que o item menos preciso a representar o factor é o 3 ($R^2 = .28$), enquanto que o mais preciso a representá-lo é o 7 (“No geral, estou satisfeito(a) comigo mesmo(a)”) ($R^2 = .79$), como pode ser observado na Tabela 4.

<Tabela 4>

Validade externa da EAAS

Procedeu-se ao teste do MPAE em Adultos Idosos, no qual se verificou um ajustamento aceitável, apesar de apresentar um *SRMR* um pouco acima do desejável, conforme pode ser constatado na Figura 2.

<Figura 2>

Neste modelo, podemos constatar que a relação estabelecida da sabedoria para a AE é estatisticamente significativa ($\beta = -.63$; $t(239) = -6.54$; $p < .001$). Ao observarmos os resultados deste modelo, constatamos, então, a existência de uma relação directa e estatisticamente significativa da sabedoria para a AE global.

Discussão

Num primeiro momento, realizou-se a validação estrutural da EAAS e da EAER com adultos idosos não institucionalizados, residentes em meio urbano e de ambos os géneros. Começando pela EAAS, constatámos, pelos testes realizados ao ajustamento do modelo, que tanto o modelo pentafactorial oblíquo como o modelo pentafactorial hierárquico estavam ajustados aos dados empíricos, tendo-se verificado um melhor ajustamento do modelo oblíquo. Contudo, optámos pelo modelo hierárquico, por este ser heurísticamente mais rico do que o oblíquo, tendo maior valor interpretativo, e por ser mais parcimonioso, além das questões teóricas já referidas. Note-se, contudo, que ambos os modelos são plausíveis na prática, com populações com características sócio-demográficas semelhantes às da amostra em estudo. Considerando que a EAAS é uma escala que nos permite avaliar a sabedoria num nível mais abstracto de descrição (enquanto constructo unidimensional) ou num nível mais concreto (enquanto constructo multidimensional, com base nas suas cinco dimensões), podemos afirmar que a sabedoria é, de facto, um constructo holístico e multidimensional (Ardelt, 2003; Sternberg, 1998; Webster, 2003, 2007, 2009).

Verificou-se que o item 39 foi retirado no modelo hierárquico, por não ser estatisticamente significativo. Remetendo de alguma forma para o dar suporte emocional, este item pode ter sido particularmente sujeito a efeitos de desejabilidade social, na medida que os adultos idosos podem ter tendido a responder no sentido de costumarem confortar os outros, e não necessariamente no sentido fazerem troça de si próprios para isso.

No que concerne às qualidades psicométricas da EAAS, a validade convergente desta prova não se verificou. Apenas o factor Reminiscência e Reflexividade apresentava uma boa

validade convergente, sendo que todos os outros demonstravam valores muito baixos. No que respeita à fiabilidade compósita, todos os factores apresentavam valores aceitáveis. Assim, e apesar do bom funcionamento do modelo, a fim de se obter uma VME aceitável, a EAAS foi reduzida para 21 itens, que não se encontram conformemente distribuídos pelos factores, ao contrário do que acontecia na versão original da escala (Webster 2003, 2007). O factor Experiência de Vida ficou com quatro itens, o Humor ficou com três itens e a Regulação Emocional ficou com cinco itens. O factor Reminiscência e Reflexividade manteve todos os seus itens. O factor Abertura à Experiência foi removido na íntegra, por demonstrar valores inaceitáveis de validade convergente, bem como de fiabilidade compósita. Com isto, conseguiu-se uma boa validade convergente para os factores Experiência de Vida, Humor, Regulação Emocional e Reminiscência e Reflexividade, bem como uma boa fiabilidade compósita para estes, chegando dois dos factores (Experiência de Vida e Regulação Emocional) a permitir comparação de grupos e um factor (Reminiscência e Reflexividade) a permitir o diagnóstico individual.

Saliente-se, quanto à exclusão do factor Abertura à Experiência, que os estudos de Webster (2003, 2007) incluíam jovens adultos e adultos, enquanto o presente estudo apenas integrou adultos idosos, e isso pode ter determinado a sua falta de validade convergente. De facto, a Abertura à Experiência é, à partida, mais característica da população mais jovem, em parte porque o meio social actual e porque a subida do nível socioeconómico que se deu nas últimas décadas o permitem. Podemos acrescentar, quase do ponto de vista do senso comum, que o regime político que se vivia na mocidade dos adultos idosos da nossa amostra e que os acompanhou durante grande parte das suas vidas era mormente caracterizado pela opressão, podendo este factor ter influenciado a capacidade que os nossos adultos idosos têm de estarem abertos à experiência.

No que respeita ao factor Experiência de Vida, foram excluídos os itens 1, 6, 16 e 26. Em relação ao item 16, já se tinha verificado que este era o que pior representava este factor, bem como a sabedoria. O item 16 também suscitou dificuldades concernentes à sua compreensão, tendo vários sujeitos pedido explicações acerca do significado de “dilemas morais”. Relativamente ao item 1, o termo “dolorosos” pode acarretar consigo uma certa ambiguidade, uma vez que alguns idosos podem ter compreendido esta dor como sendo moral ou psicológica e outros, como sendo dor física. Relativamente aos itens 6 e 26, e após uma revisão cuidada destes e da teoria de Webster (2003, 2007), não foram encontrados motivos plausíveis para a sua exclusão.

Quanto ao factor Humor, foram eliminados os itens 9, 14, 19 e 24. Os itens 9 e 14 suscitaram algum incómodo em vários adultos idosos da nossa amostra, tendo-se tornado

visível que estes não consideravam o humor como uma possibilidade em momentos difíceis. Surgiram com alguma frequência comentários como “Não acho graça nenhuma aos momentos difíceis que passei!”. Além disso, estes itens suscitarão igualmente dificuldades no que respeita à sua compreensão, provavelmente devido ao seu conteúdo semântico-lexical, tendo vários sujeitos pedido para explicarmos o significado da palavra “cómico”. Foi do factor Humor que se retiraram mais itens. Note-se que, aquando da adaptação da escala para a população portuguesa, este factor já tinha dado problemas, tendo sido removido na íntegra (Amado, 2008), o que talvez possa ser justificado pelo facto de o Humor ser apontado por Webster (2003, 2007) como o factor que menos suporte teórico tem para uma composição multifactorial da sabedoria.

Relativamente ao factor Regulação Emocional, retiraram-se os itens 2, 7, 22 e 32. Provavelmente, os motivos que levaram à eliminação destes itens prendem-se essencialmente com o conteúdo semântico-lexical dos mesmos, uma vez que houve dificuldades constantes concernentes à sua compreensão. Estas dificuldades tornavam-se notórias quer pelos pedidos de explicações por parte dos adultos idosos, quer pelas respostas fugidias, que frequentemente resultavam no relatar de acontecimentos da sua vida que tinham pouco a ver com o conteúdo dos itens. Estas últimas podem ser facilmente compreendidas se atendermos ao embaraço sentido pelos adultos idosos no que respeita à não compreensão dos itens e, principalmente, às dificuldades que sentem em demonstrá-lo ao entrevistador.

O factor Reminiscência e Reflexividade, como supramencionado, manteve-se na íntegra, por apresentar desde o início boa validade convergente e boa fiabilidade compósita. Efectivamente, considerando que a nossa amostra era composta apenas por adultos idosos, este factor reveste-se de uma importância particular; é nesta fase, de maturidade e de reflexão, que tendemos a olhar para trás e a fazer uma avaliação da nossa vida. Para todos os efeitos, o conhecimento de si próprio tem vindo a demonstrar-se um elemento fundamental da sabedoria, quer nas concepções clássicas, quer enquanto constructo psicológico (Amado, 2008). Autores como Ardelt (2000, 2003) e Erikson (1980) reforçam a relevância que a revisão de vida tem para a sabedoria, salientando este último a importância que as reflexões que fazemos quando atingimos a última fase da vida têm para a integridade do nosso *Ego*.

Passando à discussão dos resultados da EAER, constatou-se que, após alguns ajustes, o modelo unifactorial tinha um bom ajustamento aos dados empíricos. A covariância de erro acrescentada entre os itens 2 e 3, bem como entre os itens 9 e 10, melhorou o ajustamento do modelo. Esta covariância de erro pode ser admissível devido a um efeito de halo. Note-se que os itens 2 e 3, assim como os itens 9 e 10, têm um conteúdo semelhante. O facto de estarem seguidos, então, pode ter dado origem a uma tendência para responder de imediato em

consonância com a resposta dada imediatamente antes. Efectivamente, durante a aplicação da prova verificou-se uma grande preocupação por parte dos adultos idosos em darem respostas em concordância com a resposta anterior, sendo constantes comentários como “Não, não, espere... Se há pouco respondi outra coisa agora não posso responder assim...”.

No que respeita às características psicométricas deste instrumento, não se verificou uma boa validade convergente, apenas uma boa fiabilidade compósita, o que levou à eliminação dos itens 5, 8, 9 e 10. Todos estes itens estavam formulados negativamente, o que pode ter dificultado a sua compreensão por parte dos adultos idosos. Relembre-se que Marsh (1996) confirmou a hipótese de que discordar com frases formuladas na negativa traria consigo um grau acrescido de complexidade cognitiva à tarefa de responder a um questionário, o que de facto se verificou pelas hesitações, mudanças de resposta e pedidos de explicações por parte dos nossos sujeitos ao longo da aplicação da prova. A eliminação destes itens resultou num modelo ajustado, com boa validade convergente e boa fiabilidade compósita.

Num segundo momento deste trabalho, procurou-se criar e testar um MPAE em adultos idosos não institucionalizados, de ambos os géneros e residentes em meio urbano, com o objectivo de realizar a validação externa da EAAS. Este modelo verificou-se plausível (i.e., parcimonioso e estatisticamente significativo). Nele propunha-se uma influência positiva da sabedoria sobre a AE global dos adultos idosos, o que se comprovou. Apesar de não haver estudos empíricos que sugiram tal conexão, existem na literatura algumas evidências que alvitram relações entre estes dois constructos. Erikson (1980) apresenta-nos a sabedoria como o produto da resolução das últimas crises da idade adulta. Das suas postulações acerca da sabedoria podemos inferir uma associação entre este constructo e um modo positivo de encarar a velhice. Este último pode, por sua vez, ser associado à AE, na medida que autores como Bengston, Reedy e Gordon, Mertens e Wimmers e Coleman e colaboradores (in Woods, 1999) encontraram resultados que nos permitem afirmar uma relação causal entre um modo negativo de encarar a velhice e uma AE negativa ou mesmo a perda de AE nesta fase da vida. A partir daqui, propusemos a existência de uma relação entre a sabedoria e a AE global, na qual a sabedoria terá, de facto, uma influência positiva sobre a AE, o que se constatou neste estudo.

Verificou-se, então, que a sabedoria e a AE têm uma relação inversa, isto é, quando os valores de sabedoria sobem, os de AE descem. Note-se, contudo, que devido à escala de resposta da EAER (em que 1 = Concordo Totalmente e 4 = Discordo Totalmente), e atendendo à recodificação dos itens negativos, uma pontuação mais baixa é sinónimo de uma AE global mais elevada. Assim, a relação entre a sabedoria e a AE global vai na direcção

esperada – a de que a sabedoria exerce uma influência positiva sobre a AE, verificando-se a existência de uma relação estatisticamente significativa entre estes dois constructos.

Em suma, neste estudo validou-se um modelo da EAAS composto por 21 itens (com uma estrutura tetrafactorial hierárquica) e um modelo unifactorial da EAER composto por seis itens, tendo ambos apresentado boas propriedades psicométricas. Seguidamente, e com o objectivo de testar a validade externa da EAAS, testou-se um modelo preditor da AE, que apresentou um ajustamento aceitável. Contudo, note-se que estes testes de identidade dos modelos não nos permitem afirmar completamente a sua validade, permitindo-nos apenas averiguar se eles são plausíveis para a abordagem do tema em questão, podendo existir outros modelos alternativos que também o sejam (Browne & Cudeck, 1993). Saliente-se, ainda, que as discrepâncias entre as versões previamente validadas da EAAS e da EAER e aquelas que resultaram deste estudo podem estar relacionadas com o método por nós utilizado. Factores como a representatividade da amostra (considerando que a nossa era de um meio estritamente urbano e que todos os adultos idosos eram não institucionalizados), a sua dimensão (no nosso caso, média) e o recurso a métodos de amostragem não probabilísticos podem ter levado a resultados diferentes daqueles verificados em estudos anteriores. O facto de as provas terem sido hetero-administradas é passível de ter trazido algum enviesamento, uma vez que podem ter ocorrido efeitos de desejabilidade social. Estas limitações estendem-se à validação externa da EAAS.

Acrescentamos, por fim, que as alterações realizadas nas escalas, bem como as dificuldades sentidas pelos adultos idosos durante a sua aplicação, constituem-se um exemplo da importância e da especial atenção que devem ser atribuídas à adaptação de provas para populações específicas – neste caso, para adultos idosos.

Nota Final

A sociedade ocidental espera que as pessoas com mais de 65 anos tenham comportamentos em sintonia com o modo como vê a velhice – como um relaxamento forçado, e não como uma recompensa por uma vida pontuada por actos bondosos, como acontece noutras sociedades (Coleman & O’Hanlon, 2004). Esta maneira de encarar a velhice, como uma grande desvantagem, uma fase de espera e não de evolução e desenvolvimento, é passada aos adultos idosos e, frequentemente, introjectada por eles. Emerge, daqui, uma premência em implementar uma visão positiva do desenvolvimento, que se torna viável através do conhecimento exponencial de atributos como a sabedoria, bem como da adaptação de escalas direccionadas para a população idosa e ajustadas a esta.

O presente trabalho pretendia, em primeiro lugar, validar estruturalmente a Escala de Auto-Avaliação da Sabedoria e a Escala de Auto-Estima de Rosenberg. Neste processo, eliminaram-se alguns itens destes instrumentos, com o objectivo de obter boas qualidades psicométricas e de haver um bom ajustamento destes em relação à amostra em estudo. Em segundo lugar, propunha-se um Modelo Preditor da Auto-Estima em adultos idosos e pretendia-se testar o seu ajustamento, que se verificou aceitável, concluindo-se que existe uma influência positiva da sabedoria para a AE. Considerando as limitações do presente estudo, contudo, voltamos a chamar a atenção para a generalização dos resultados do mesmo, e ficam as sugestões de o repetir com uma amostra maior e mais abrangente, nomeadamente no que respeita à zona de residência dos adultos idosos (abrangendo também zonas rurais) e à institucionalização destes. Também seria interessante aliar, aos métodos utilizados, outros métodos, designadamente qualitativos, como a recolha de histórias de vida, no sentido de verificar, por exemplo, se diferentes percursos de vida teriam diferentes impactos na sabedoria dos adultos idosos.

No que respeita às implicações teóricas deste trabalho, podemos salientar o reforço da multidimensionalidade da sabedoria, que se impõe, também, enquanto constructo unidimensional, a um nível mais abstracto. Concernente às implicações práticas dos resultados obtidos neste estudo, podemos considerar que os conhecimentos aqui obtidos podem ajudar os profissionais da área a compreender melhor os idosos e a desenvolver intervenções mais adequadas a estes, apostando, acima de tudo, na prevenção. Efectivamente, intervenções que favoreçam a sabedoria (Sternberg, 1998) podem ser benéficas para os adultos idosos. Por outro lado, uma intervenção ao nível da AE também se verifica, à partida, benéfica, principalmente se tomarmos em linha de conta a importância que este constructo tem para uma boa adaptação à velhice (Alaphilippe, 2008; Woods, 1999). A AE tem demonstrado, inclusive, ser um factor fulcral no que respeita à compreensão do processo de envelhecimento, demonstrando ser, simultaneamente, um aspecto central do envelhecimento bem sucedido (Alaphilippe, 2008). Todas estas considerações permitem-nos afirmar a pertinência deste trabalho, considerando que, além do supramencionado, este contribui para uma visão positiva do envelhecimento. Ainda dentro das implicações práticas deste estudo, fica a sugestão de haver um melhor aproveitamento da sabedoria dos adultos idosos, que podem transmiti-la aos mais novos, ganhando um papel extremamente relevante na sociedade e contribuindo, previamente, para o bem-estar daqueles que serão os velhos do futuro.

Referências

- Alaphilippe, D. (2008). Evolution de l'estime de soi chez l'adulte âgé. *Psychologie et Neuropsychiatrie du Vieillissement*, 6 (3), 167-176. Consultado a 11 de Janeiro de 2009, através de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Aluja, A., Rolland, J., García, L., & Rossier, J. (2007). Dimensionality of the Rosenberg Self-Esteem Scale and its relationships with the three- and the five-factor personality models. *Journal of personality assessment*, 88 (2), 246-249. Consultado a 10 de Janeiro de 2009, através de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Amado, N. (2008). *Sucesso no envelhecimento e histórias de vida em adultos idosos sócio-culturalmente muito e pouco diferenciados*. Tese de doutoramento não publicada, ISPA, Universidade Nova, Lisboa.
- Ardelt, M. (1997). Wisdom and life satisfaction in old age. *Journal of Gerontology: Psychological Sciences*, 52B(1), 15-27. Consultado a 20 de Fevereiro de 2009, através do site http://www.clas.ufl.edu/users/ardelt/Wisdom_and_life_satisfaction_in_old_age.pdf
- Ardelt, M. (2000). Antecedents and effects of wisdom in old age – a longitudinal perspective on aging well. *Research on Aging*, 22(4), 360-394. Consultado a 20 de Fevereiro de 2009, através do site <http://www.clas.ufl.edu/users/ardelt/Antecedents%20and%20effects%20of%20wisdom%20in%20old%20age.pdf>
- Ardelt, M. (2003). Empirical assessment of a Three-Dimensional Wisdom Scale. *Research on Aging*, 25(3), 275-324. Consultado a 20 de Fevereiro de 2009, através do site <http://www.clas.ufl.edu/users/ardelt/Empirical%20assessment%20of%20the%203D-WS.pdf>
- Baltes, P. (2004). *Wisdom as orchestration of mind and virtue*. Max Planck Institute for Human Development, Berlin. (book in preparation). Consultado a 20 de Dezembro de 2008, através do site http://library.mpib-berlin.mpg.de/ft/pb/PB_Wisdom_2004.pdf

- Baltes, P., & Kunzmann, U. (2004). The two faces of wisdom: Wisdom as a general theory of knowledge and judgement about excellence in mind and virtue vs. wisdom as everyday realization in people and products. *Human Development, 47*, 290-299.
- Baltes, P., & Smith, J. (2008). The fascination of wisdom: Its nature, ontogeny and function. *Perspectives on Psychological Science, 3* (1), 56-64.
- Baltes, P., & Staudinger, U. (2000). Wisdom: A metaheuristic (pragmatic) to orchestrate mind and virtue toward excellence. *American Psychologist, 55* (1), 122-136.
- Bedner, R., Wells, M., & Peterson, S. (1989). *Self-esteem: Paradoxes and innovations in clinical theory and practice*. USA: American Psychological Association.
- Bennett, K. M. (2005). Psychological wellbeing in later life: The longitudinal effects of marriage, widowhood and marital status change. *International Journal of Geriatric Psychiatry, 20* (3), 280-284.
- Bentler, P. M. (1990). Comparative fit indices in structural models. *Psychological Bulletin, 107*(2), 238-246.
- Bentler, P. M. (2007). On tests and indices for evaluating structural models. *Personality and Individual Differences, 42*(5), 825-829.
- Browne, M., & Cudeck, R. (1993). Alternative ways of assessing model fit. In K. Bollen & J. Long (Eds.), *Testing structural equation models* (pp. 136-162). London: SAGE.
- Classen, S., Velozo, C., & Mann, W. (2007). The Rosenberg Self-Esteem Scale as a measure of self-esteem for the noninstitutionalized elderly. *Clinical Gerontologist, 31* (1), 77-93.
- Coleman, P., & O'Hanlon, A. (2004). *Ageing and development*. London: Arnold Publishers.
- Coopersmith, S. (1975). Estudios sobre la estimacion pr3pria. In R. Atkinson (Ed.), *Psicologia Contemporanea* (pp. 393-400). Madrid: Editorial Blume.

- Erikson, E. (1980). *Identity and the life cycle*. New York: W.W. Norton & Company.
- Fleming, J., & Courtney, B. (1984). The dimensionality of self-esteem: II. Hierarchical facet model for revised measurement scales. *Journal of Personality and Social Psychology*, 46 (2), 404-421.
- Flora, D. B., & Curran, P. J. (2004). An empirical evaluation of alternative methods of estimation for confirmatory factor analysis with ordinal data. *Psychological Methods*, 9 (4), 466-491.
- Folstein, M. F., Folstein, S. E., & McHugh, P. R. (1975). Mini-Mental State. A practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. Consultado a 11 de Janeiro de 2009, através de <http://www.minimental.com/article.html>
- Fontaine, A., & Antunes, C. (2001/2002). Avaliação do auto-conceito e da auto-estima na adolescência: Comparação de dois instrumentos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17-18, 119–133.
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research*, 18(1), 39-50.
- Forthofer, M., Janz, N., Dodge, J., & Clark, N. (2001). Gender differences in the associations of self esteem, stress and social support with functional health status among older adults with heart disease. *Journal of Women & Aging*, 13 (1), 19-37. Consultado a 11 de Janeiro de 2009, através de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Garaigordobil, M., & Durá, A. (2006). Relaciones del autoconcepto y la autoestima com la sociabilidad, estabilidad emocional y responsabilidad en adolescentes de 14 a 17 años. *Análisis y Modificación de Conducta*, 32 (141), 37-64. Consultado a 10 de Abril de 2009, através de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Greenberger, E., Chen, C., Dmitrieva, J., & Farruggia, S. (2003). Item-wording and the dimensionality of the Rosenberg Self-Esteem Scale: Do they matter? *Personality and individual differences*, 35, 1241-1254.

- Guerreiro, M., Silva, A., Botelho, M., Leitão, O., Castro-Caldas, A., & Garcia, C. (1994). Adaptação à população portuguesa da tradução do “Mini Mental State Examination” (MMSE). *Revista Portuguesa de Neurologia*, 1, 9-10.
- Harter, S. (1983). Socialization, personality, and social development. In P. H. Mussen (Ed.) & E. M. Hetherington (Vol Ed.), *Handbook of child psychology: vol. 4. Developmental perspectives on the self-esteem* (4^a ed., pp. 321-339). New York: John Wiley & Sons.
- Harter, S. (1993). Visions of the self: Beyond the me in the mirror. In J. E. Jacobs (Ed.), *Developmental Perspectives on Motivation* (pp. 99-144). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Harter, S. (1998). The development of self-representations. In W. Damon, R. M. Lerner (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol Ed.), *Handbook of child psychology: vol. 3. Social, emotional and personality development* (5^a ed., pp. 553-617). New York: John Wiley & Sons.
- Hu, L., & Bentler, P. (1999) Cutoff criteria for fit indices in covariance structure analysis: Convencional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6(1), 1-55.
- Instituto Nacional de Estatística (2008). *Estimativas provisórias de população residente, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios 2007*. Consultado a 26 de Fevereiro de 2009, através da fonte www.ine.pt
- Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1981). *LISREL V: Analysis of linear structural relationships by the method of maximum likelihood*. Chicago, IL: National Educational Resources.
- Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1999). *PRELIS2: User's reference guide*. Chicago: Scientific Software.
- Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1997). *LISREL8: Structural equation modelling with the SIMPLIS command language*. Chicago: Scientific Software International.

- Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (2002). *LISREL8.53*. Chicago: Scientific Software International.
- Kinsella, K., & Velkoff, V. (2001). *An aging world: 2001*. Consultado a 5 de Abril de 2009, através de <http://www.census.gov/prod/2001pubs/p95-01-1.pdf>
- Kline, R. B. (2005). *Principles and practice of structural equation modelling* (2nd ed.). New York: Guilford Press.
- Kunzmann, U., & Stange, A. (2007). Wisdom as a classical human strength: Psychological conceptualizations and empirical inquiry. In A. Ong, & M. Dulmen (Eds.), *Oxford handbook of methods in positive psychology* (pp. 306-322). Oxford: Oxford University.
- Li, K., Hasher, L., Jonas, D., Rahhal, T., & May, C. (1998). Distractibility, circadian arousal, and aging: A boundary condition. *Psychology and Aging, 13*(4), 574-583.
- MacCallum, R. C., Roznowski, M., & Necowitz, L. B. (1992). Model modification in covariance structure analysis: The problem of capitalization on chance. *Psychological Bulletin, 111*(3), 490-504.
- Marsh, H. (1996). Positive and negative global self-esteem: A substantively meaningful distinction or artifacts? *Journal of personality and social psychology, 70* (4), 810-819.
- Martins, C. (2009). Género, saúde funcional subjectiva e depressão em adultos idosos: Teste de um modelo estrutural. Dissertação de Mestrado não publicada, ISPA, Lisboa.
- Moser, A., Niser, S., Oliveira, J., & Quadros, V. (2002). *Proposta de trabalho com um grupo de idosos: Optimização da AE*. 4º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde. ISPA: Lisboa.
- Nunnally, J. C., & Bernstein, I. H. (1994). *Psychometric theory* (3rd ed.). New York: McGraw-Hill.

- Pelouro, P. C. (2006). *Auto-estima em idosos: Bidimensionalidade versus unidimensionalidade do constructo e influência das variáveis sócio-demográficas*. Monografia de Licenciatura, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Peters, A., & Liefbroer, A. C. (1997). Beyond marital status: Partner history and wellbeing in old age. *Journal of Marriage and the Family*, 59 (3), 687-699.
- Peterson, C., & Seligman, M. (2004). *Character strengths and virtues: A handbook and classification*. Oxford: Oxford University Press. Consultado a 10 de Janeiro de 2009, através de <http://books.google.pt/books?id=QqPiF1C7cy4C&printsec=frontcover&dq=character+strengths+and+virtues>
- Quilty, L., Oakman, J., & Risko, E. (2006). Correlates of the Rosenberg Self-Esteem Scale method effects. *Structural Equation Modelling*, 13(1), 99–111. Consultado a 10 de Janeiro de 2009, através de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Renaud, J., & McConnell, A. (2007). Wanting to be better but thinking you can't: Implicit theories of personality moderate the impact of self-discrepancies on self-esteem. *Self and Identity*, 6, 41-50.
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. New Jersey: Princeton University Press.
- Rosenberg, M. (1986). Self-esteem research: A phenomenological corrective. In J. Prager (Ed.), *School desegregation research: new directions in situational analysis* (pp. 175-203). New York: Plenum Press.
- Rosenberg, M., Schooler, C., Schoenbach, C., & Rosenberg, F. (1995). Global self-esteem and specific self-esteem: Different concepts, different outcomes. *American sociological review*, 60, 141-156.
- Santos, P., & Maia, J. (1999). Adaptação e análise factorial confirmatória da Rosenberg Self-Esteem Scale com uma amostra de adolescentes. *Avaliação psicológica: Formas e contextos*, 6, 101-113.

- Satorra, A., & Bentler, P. M. (1994). Corrections to test statistics and standard errors in covariance structure analysis. In A. von Eye, & C. C. Clogg (Eds.), *Latent variable analysis* (pp. 399-419). Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Schwartz, B., & Sharpe, K. (2006). Practical wisdom: Aristotle meets positive psychology. *Journal of Happiness Studies*, 7 (3), 377-395. Consultado a 4 de Janeiro de 2009, através de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Serra, A. V. (1988). Auto-conceito. *Análise Psicológica*, 6 (2), 101-110.
- Sheikh, J., & Yesavage, J. (1986). Geriatric depression scale (GDS): Recent evidence and development of a shorter version. *Clinical Gerontology: A Guide to Assessment and Intervention*, 5, 165-173.
- Steiger, J. (1990). Structural model evaluation and modification: An interval estimation approach. *Multivariate Behavioral Research*, 25(2), 173-180.
- Sternberg, R. (1998). A balance theory of wisdom. *Review of General Psychology*, 2 (4), 347-365. Consultado a 4 de Janeiro de 2009, através de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Sternberg, R. (2001). What is the common thread of creativity? Its dialectical relation to intelligence and wisdom. *American Psychologist*, 56 (4), 360-362.
- Tomás, J., & Oliver, A. (1999). Rosenberg's Self-Esteem Scale: Two factor or method effects. *Structural equation modelling*, 6 (1), 84-98.
- Ullman, J. (1996). Structural equation modeling. In B. Tabachnick, & L. Fidell (Eds.) *Using multivariate statistics* (pp.709-819). New York: Harper Collins College.
- Webster, J. D. (2003). An exploratory analysis of a self-assessed wisdom scale. *Journal of Adult Development*, 10 (1), 13-22.
- Webster, J. D. (2007). Measuring the character strength of wisdom. *Int'l J. Aging and Human Development*, 65(2), 163-183.

Webster, J. D. (2009). *Wisdom and values in young adulthood*. Manuscript in preparation.

Woods, R. (1999). *Psychological Problems of Ageing. Assessment, Treatment and Care*. New York: John Wiley & Sons.

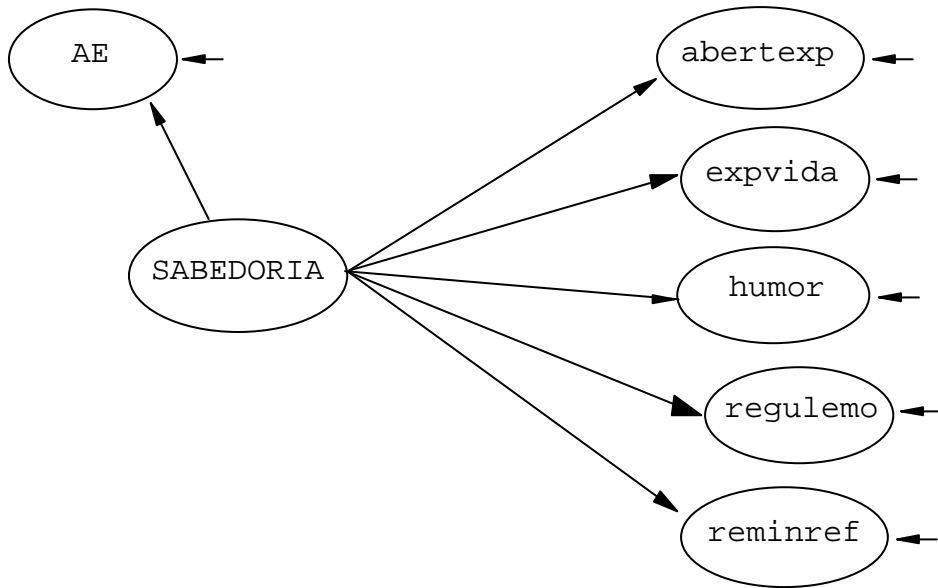


Figura 1: Modelo Preditor da Auto-Estima em adultos idosos.

Tabela 1. *EAAS: índices de ajustamento dos modelos testados*

Modelo (nº de itens)	χ^2/gl (ratio)	CFI	SRMR	RMSEA (IC 90%)
M1 (40)	1443.90/730 1.98	.98	.093	.064 (.059 ; .069)
MH1 (40)	1478.38/735 2.01	.97	.096	.065 (.060; .070)
MH2 (39)	1423.06/697 2.04	.97	.096	.066 (.061; .071)
MH3 (21)	394.70/185 2.13	.99	.078	.069 (.059 ; .078)

Nota. M1 = Modelo Pentafactorial Oblíquo; MH1 e MH2 = Modelo Pentafactorial Hierárquico; MH3 = Modelo Tetrafactorial Hierárquico.

Tabela 2. EAAS (MH3): factores, itens, cargas factoriais e coeficientes de determinação

Factores	Itens	CF	R^2
Experiência de Vida	11	.72	.52
	21	.76	.57
	31	.7	.49
	36	.64	.42
Humor	4	.6	.36
	29	.81	.66
	34	.75	.56
Regulação Emocional	12	.69	.48
	17	.67	.45
	27	.81	.65
	37	.68	.46
Reminiscência e Reflexividade	3	.82	.67
	8	.86	.73
	13	.83	.70
	18	.85	.72
	23	.86	.74
	28	.9	.82
	33	.85	.42
38	.79	.62	

Nota. CF = cargas factoriais; R^2 = coeficiente de determinação.

Tabela 3. EAER: índices de ajustamento dos modelos testados

Modelo (n° de itens)	χ^2/gl (ratio)	CFI	SRMR	RMSEA (IC 90%)
M1 (10)	167.87/35 4.80	.95	.11	.13 (.11 ; .15)
M2 (10)	69.00/33 2.09	.99	.076	.068 (.045; .090)
M3 (6)	5.24/8 .655	1.00	.03	.00 (.0 ; .056)

Nota. IC = Intervalo de Confiança; M1, M2 e M3 = Modelos Unifactoriais.

Tabela 4. EAER (M3): factores, itens, cargas factoriais e coeficientes de determinação

Factores	Itens	CF	R^2
Auto-Estima	1	.69	.48
	2	.64	.41
	3	.53	.28
	4	.7	.49
	6	.8	.64
	7	.89	.79

Nota. CF = cargas factoriais; R^2 = coeficiente de determinação.

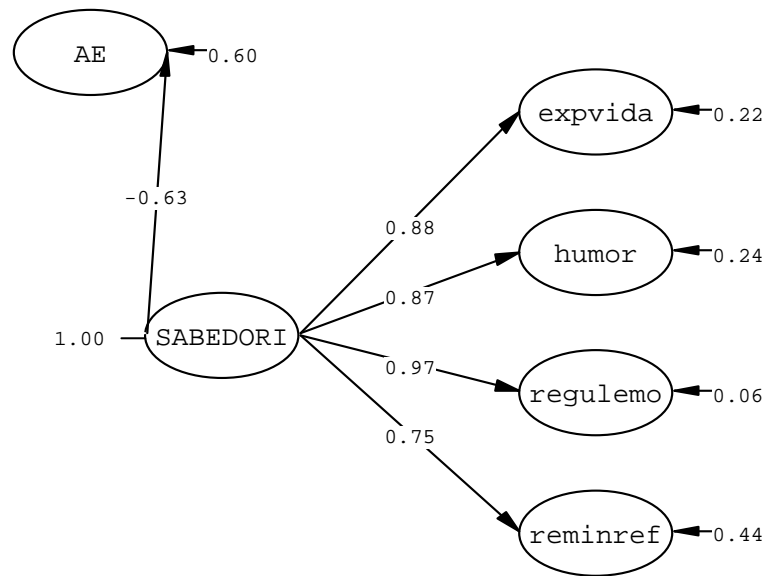


Figura 2: Teste do Modelo Preditor da Auto-Estima em idosos (solução estandardizada).

$SB\chi^2/gl=1.97;$

$CFI= .98;$

$SRMR = .091;$

$RMSEA = .064,$ intervalo de confiança de 90%= $.056 ; .071;$

Anexo

Auto-Estima

Ainda que só nas últimas décadas o conceito Auto-Estima (AE) esteja presente na literatura, a verdade é que filósofos como Sócrates, Platão e, séculos mais tarde, Descartes, já se referiam àquilo a que chamamos, desde há séculos, *self*, e desde tempos imemoriais sabe-se que o sentimento de valor pessoal assume um papel crucial no que respeita à felicidade humana (Coopersmith, 1975). Na realidade, e apesar das diversas teorias elaboradas por autores como Leibniz, Hume, Kant ou John Stuart Mill sobre a natureza do *self*, esta temática era apenas abordada de um ponto de vista filosófico. William James surge como o primeiro a analisar o *self* na área da Psicologia, dedicando um capítulo da sua obra *The Principles of Psychology* (1890) ao estudo deste constructo. Procurando afastar-se das concepções filosóficas, James (1890) elabora uma definição de AE que sistematiza as várias características e aspectos da mesma.

Na realidade, contudo, as primeiras referências que encontramos na literatura não são relativas ao conceito de AE em si, mas sim ideias acerca do *self*, a partir das quais podemos fazer inferências acerca da AE (Bedner, Wells & Peterson, 1989). Teorias como as de James, Adler ou Mead serviram de base à pesquisa que, décadas mais tarde, procurou cientificar o conceito de AE. Nesta revisão, pretendemos abordar os primeiros autores que se dedicaram à análise teórica da AE, passando depois para as teorias mais recentes e terminando com a AE nos idosos. Não obstante, consideramos premente fazer uma distinção entre auto-conceito e AE.

A definição do termo Auto-Estima

Os inúmeros trabalhos de pesquisa realizados no âmbito das representações de si próprio têm trazido alguma confusão no que concerne à definição do termo AE, bem como de outros termos relativos à representação de si próprio (Harter, 1983, 1999; Hattie, 1992). Tem surgido, então, uma aplicação algo indiscriminada do conceito AE, comumente confundido com auto-conceito e substituído por termos como auto-valor, auto-aceitação e auto-respeito (Hattie, 1992). Segundo Marsh (1993) e Harter (1983), o facto de o significado de termos como “auto-conceito” e “AE” ser considerado quase senso comum leva a que muitos investigadores não se preocupem em defini-los nos seus trabalhos, acabando por haver uma confusão em relação ao que está a ser avaliado. Marsh (1993) é o próprio a afirmar que, como muitos outros autores, não distingue auto-conceito de AE na sua investigação, o que nos permite encontrar diferentes trabalhos que, utilizando o mesmo instrumento, nos dão

resultados relativos quer à AE, quer ao auto-conceito. Além disso, também a confusão terminológica resultante da frequência com que ambos os termos são utilizados no mesmo artigo como sendo sinónimos (Wylie, 1968, in Harter, 1983; Hoge, Smit & Crist, Lyon, in Peixoto, 2003) dificulta largamente a tarefa de quem procura realizar pesquisa acerca de um destes constructos. Torna-se premente, na pesquisa futura, um cuidado especial concernente à definição dos constructos a serem estudados, bem como uma melhor articulação entre os conceitos teóricos e os instrumentos utilizados e uma maior atenção aos modelos teóricos adoptados.

Apesar das relações que podem ser estabelecidas entre o auto-conceito e a AE, tratam-se de duas entidades psicológicas diferentes, que reenviam para dimensões distintas do *self* (Peixoto, 2003). Segundo o modelo Marsh/Shavelson (Byrne, 2002; Marsh & Hattie, 1996; Shavelson & Bolus, 1982), o auto-conceito é, em termos gerais, a percepção que o sujeito tem de si próprio e, em termos específicos, o conjunto de atitudes e conhecimentos acerca das capacidades, competências, aparência e aceitabilidade social do indivíduo. Constitui, assim, um elemento essencial da personalidade, visto que as percepções se formam com as experiências obtidas em diversos contextos da vida do sujeito (Fontaine, 1991, in Peixoto, 2003). Para Hattie (1992), o auto-conceito pode ser definido como as crenças ou o conhecimento que temos sobre as descrições e avaliações (cognitivas) que fazemos de nós próprios, sendo o principal constituinte do auto-conceito a componente descritiva. Quanto à AE, esta é, para muitos autores, o componente afectivo do auto-conceito (Campbel & Lavallee, Sanchez & Escribano, in Moser et al, 2002; Vaz Serra, 1988). Analisando algumas definições deste constructo, podemos constatar que, por exemplo, Harter (1983) define a AE como a visão global que a pessoa tem em relação a si própria e que implica um sentimento de valor. Rosenberg (1965, 1995) diferencia AE global de AE específica, considerando a primeira como a atitude que o sujeito assume perante si próprio enquanto um todo e a segunda, como a atitude que o sujeito assume perante um domínio específico. Apesar de, aparentemente, estas definições apenas repercutirem designações diferentes do mesmo fenómeno, têm vindo a estabelecer-se distinções reais entre a AE e o auto-conceito. Segundo Vaz Serra (1988), há que salientar como constituintes do auto-conceito a AE, as auto-imagens, a auto-eficácia, as identidades, o auto-conceito real e o auto-conceito ideal. Este autor diz-nos que a AE é um dos constituintes do auto-conceito mais importantes, tendo um grande impacto na prática clínica, e acrescenta: "Tal conceito é entendido como o processo avaliativo que o indivíduo faz das suas qualidades ou dos seus desempenhos. É, portanto, o constituinte afectivo do auto-conceito, em que o indivíduo faz julgamentos de si próprio, associando à sua identidade sentimentos valorativos do "bom" e do "mau"." (Vaz Serra,

1988). Sanchez e Escribano (in Moser et al, 2002) definem o auto-conceito como a atitude valorativa que um sujeito tem em relação a si próprio e que tem influência nas percepções deste quando está em interacção com o ambiente. Esta definição recai, assim, no comportamento e nas vivências do indivíduo. Estes autores destacam as componentes cognitiva, comportamental e afectiva do auto-conceito, sendo que esta última se refere à AE. À semelhança de Vaz Serra (1988), também Campbel e Lavalée (in Moser et al, 2002) defendem que, enquanto o auto-conceito se reporta às crenças que possuímos acerca de nós próprios (tendo um carácter mormente cognitivo), a AE seria uma componente essencialmente afectiva dessa mesma representação. De salientar que Rosenberg (1989) refere que a AE e as várias componentes do auto-conceito não são nem idênticas, nem intermutáveis, existindo ambas no campo fenomenológico do sujeito enquanto entidades distintas.

Diferenças respeitantes à operacionalização dos dois constructos, por sua vez, também são passíveis de ser encontradas. As escalas que avaliam o auto-conceito global fazem-no através da soma dos vários auto-conceitos específicos. Por outro lado, as escalas destinadas a avaliar a AE global, como a Rosenberg Self-Esteem Scale (RSES, Rosenberg, 1965), fazem-no através das respostas a itens que apelam a uma auto-avaliação global do indivíduo, e não através do somatório das avaliações de áreas particulares de competência. Ao mesmo tempo, têm surgido evidências que permitem sugerir um suporte empírico para esta distinção conceptual. Assim, as pesquisas realizadas por autores como Marsh (1993), Dutton e Brown (in Peixoto, 2003), Rosenberg, Schooler, Schoenbach e Rosenberg (1995) têm possibilitado a afirmação de que auto-conceito e AE são, efectivamente, entidades psicológicas que diferem entre si. Em suma, podemos caracterizar o auto-conceito como as representações de áreas de competência específicas (ou do somatório destas), que possuem um carácter mormente cognitivo; a AE, por sua vez, prende-se com as avaliações globais que fazemos de nós próprios e que possuem um cariz fortemente afectivo.

Elaborada a distinção entre estes dois constructos, passamos à abordagem dos primeiros autores que se dedicaram à temática da AE. Importa referir que as terminologias utilizadas serão as dos próprios autores, de modo a evitar uma utilização errónea da nossa parte de termos como AE e auto-conceito.

As Teorias do Self

Se nos reportarmos ao aparecimento da Psicologia do *Self*, verificamos que ela surge com James e, após este, muitos outros autores se sucederam no desenvolvimento de teorias do *self*. Mack e Ablon (1983) dizem-nos que as tentativas de desenvolver uma psicologia do *self*

resultaram de alterações no que respeita às motivações dos pacientes para procurar a ajuda de um terapeuta. Segundo os autores, os pacientes passaram a apresentar queixas mais relacionadas com o funcionamento das suas vidas, particularmente no que respeita às suas relações com os outros e a sentimentos de menor valor próprio, do que propriamente com sintomas de desordens nitidamente mentais e emocionais propícias a diagnósticos médicos. Com efeito, segundo Mack e Ablon (1983), isto reflecte um aumento da auto-consciência, que se tornou característica da época; agora, são os pacientes a apresentar a diminuição do valor próprio como uma queixa, e não o profissional clínico a apresentá-la como pertencendo a uma formulação estrutural do diagnóstico.

James (1890) definiu o *self* não só como agente da consciência, mas também como parte do seu conteúdo. Assim, elaborou uma distinção (cuja viabilidade se manifestou em inúmeras teorias do *self* posteriores) entre dois aspectos fundamentais (e inter-relacionados, ainda que distintos) do *self*: o *I-self* e o *Me-self*. Este autor definiu o *I-self* como o aspecto do *self* que processa a informação relativa à experiência do sujeito, o observador activo que procura conhecer o *Me-self*. O *Me-self*, por sua vez, é definido como o objecto ou o conteúdo a conhecer (James, 1890), que seria constituído pelas características materiais, espirituais e sociais da pessoa, que lhe conferem a sua individualidade – em suma, o auto-conceito, a nossa auto-imagem (Harter, 1983). Segundo o autor, é através da articulação entre estes dois aspectos que cada indivíduo consegue determinar o que sabe sobre si próprio. Esse conhecimento vai sendo alterado ao longo do tempo, conforme a referida dinâmica se desenrolar. Quase um século mais tarde, foram vários os autores a elaborar uma distinção entre dois tipos de *self* similar à de James. Jacobson (in Mack & Ablon, 1983) refere-se à distinção entre o *self* enquanto sujeito (que avalia, que conhece) e o *self* enquanto estrutura (constituindo uma representação intrapsíquica ou auto-representação). Este autor defende a necessidade de ter esta distinção em conta, de modo a evitar confusões relativamente ao duplo significado do *self* na AE – *self* este que é, simultaneamente, avaliador (o *self* subjectivo, que avalia o valor do *self*) e objectivo (o conjunto de auto-representações cujo valor é avaliado). Mack e Ablon (1983) consideram, do mesmo modo, que a AE resulta da acção recíproca entre o *self* enquanto sujeito, que avalia e experiencia, e o *self* enquanto objecto, que é avaliado de acordo com os padrões e expectativas do *self* subjectivo. Ao mesmo tempo, Allport (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) distingue o *self* conhecedor do *proprium* (os aspectos do *self* que conhecemos).

A teoria de James (1890) transmite-nos a noção de que o *self* abarca todos os atributos a que o sujeito se poderia referir como sendo parte de si, atributos estes que incluem, entre outros, o seu corpo, a sua reputação e a sua casa. James (1890) defende, assim, que existem

três constituintes principais do *self*: o *self* espiritual (relacionado com a existência subjectiva; pode ser definido, sucintamente, como o que pensamos acerca dos nossos próprios pensamentos, sendo o centro mais íntimo e profundo da nossa existência), o *self* material (constituído por objectos ligados ao indivíduo – que lhe pertencem ou com os quais ele se identifica –, sendo o seu objecto mais íntimo o corpo, seguido da roupa, da família, da casa e assim por diante) e o *self* social (que remete para a reputação do sujeito e para o reconhecimento dos outros em relação a si. O indivíduo possui, geralmente, diferentes dimensões de *self* social, consoante as diferentes opiniões acerca dele).

Segundo James (1890), se qualquer uma das partes que constituem o nosso *self* for diminuída (ou, pelo contrário, elevada), a nossa resposta será como se nós próprios estivéssemos diminuídos (ou, do mesmo modo, elevados). Deste modo, nós baseamos a nossa AE (ou amor próprio, utilizando a terminologia jamesiana) nos (in)sucessos daquilo que escolhemos como sendo parte do nosso *self*, das nossas “pretensões”. Efectivamente, nós não atentamos a todas as nossas características; as áreas a que aspiramos a uma maior realização são as mais importantes para nós, e é nelas que focamos a nossa atenção. A obtenção de sucesso nestas áreas conduziria, então, a níveis elevados de AE, enquanto que o sucesso em áreas de menor importância teria um impacto menor na AE. Ao mesmo tempo, o insucesso nas primeiras levaria a uma menor AE, enquanto que, nas segundas, teria pouco ou nenhum impacto. Esta teoria de James foi aceite durante anos por vários autores (Harter, 1983, 1999; Dickstein, 1977, in Harter, 1983; Rosenberg, 1965; Rosenberg et al., 1995), ainda que alguns dados empíricos não vão neste sentido (Marsh, 1993; Pelham & Swann, 1989). Voltando à distinção entre *I-self* e *Me-self* de James (1890), importa referir que o *I-self*, enquanto observador, não está exposto à equação entre os sucessos e as pretensões do sujeito; na realidade, ele interpreta o resultado desta equação, determinando o nível de AE sentido. A AE reflecte, então, a distância entre o nosso *self* real e o nosso *self* ideal (James, 1890) à semelhança do que outros autores, posteriormente, afirmaram (Harter, 1983, 1999; Rogers & Dymond, 1954, in Harter, 1983). Partindo do princípio que as pessoas podem ser activas no que respeita à escolha dos seus objectivos e pretensões, fica implícita a sugestão de que aquelas seriam, igualmente, capazes de modificar a sua AE (Bedner, Wells & Peterson, 1989).

James (1890) apresenta-nos o *self* tal como ele surge no adulto, sem fazer referências à infância. Do mesmo modo, outros autores colocam ênfase noutros factores que não a infância ou a educação parental, como Cooley e Mead, que enfatizam o papel da sociedade na construção do nosso *self*. A teoria do “*looking-glass self*” de Cooley (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) diz-nos que as pessoas tendem a definir-se a si próprias através das suas percepções do modo como os outros as definem. O *self* social é, portanto, o veículo através do

qual o sentido interno de *self* se desenvolve e é refinado; esta natureza interpretativa dos elementos torna-se, obviamente, bastante subjectiva. Ainda que, aparentemente, Cooley (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) veja as pessoas como meramente reactivas, na realidade o autor encara o desenvolvimento do *self* como um processo social, mas assume que a maturidade traz um auto-controlo maior no que respeita à monitorização e direccionamento da resposta do sujeito, tornando-o menos vulnerável aos efeitos das opiniões dos outros. James (1890) e Cooley (in Harter, 1983) ponderavam, ambos, a importância das emoções que as nossas auto-definições despoletam, considerando que estas seriam componentes críticos nos processos auto-avaliativos e distinguindo entre os julgamentos que fazemos de nós próprios e a nossa reacção afectiva a esses julgamentos. Segundo Harter (1983), este é um factor a considerar na investigação, uma vez que são estas reacções afectivas que medeiam o comportamento. Também consideravam ambos a existência de uma AE global, em simultâneo com as avaliações específicas que fazemos de nós.

Mead (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) desenvolveu a teoria do “looking-glass *self*” de Cooley, defendendo que o processo de socialização que nos transmite valores acerca de todos os aspectos que nos rodeiam aplica-se, igualmente, ao modo como nos vemos a nós próprios. Ao observarmos as acções dos outros significativas para nós, acabamos por, a pouco e pouco, adoptá-las e internalizá-las como se fossem nossas, incluindo a atitude do grupo relativamente a nós próprios. Por este motivo, as pessoas mais significativas para nós têm uma preponderância determinante na nossa AE. Considerando a teoria de Mead (in Bedner, Wells & Peterson, 1989), a estima dos outros que nos são significativos é condição essencial para que tenhamos uma AE elevada. Esta teoria coloca o sujeito como passivo face à determinação da própria AE, como se nós nos olhássemos a nós próprios como objectos, sem que exista qualquer carga afectiva de nós para nós próprios.

Adler (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) considerava, igualmente, a importância da sociedade, ainda que também ponderasse o papel dos pais na construção do *self*. O autor usava o termo “luta pela superioridade”, referindo-se à motivação do *self* criativo para desenhar um percurso rumo a um objectivo de plenitude ou perfeição. O “complexo de inferioridade”, por outro lado, representaria o oposto da luta pela superioridade e resultaria de sentimentos de desamparo e imperfeição na infância. Segundo Adler (in Bedner, Wells & Peterson, 1989), o *self* criativo escolhe um estilo de vida, que funciona como uma janela através da qual os acontecimentos são interpretados, de forma a atingir os objectivos que definiu. O sujeito age, então, como se aquele fosse o único modo de interpretar os acontecimentos. Assim sendo, se escolhermos um estilo de vida concordante com as necessidades humanas de pertença, de ser produtivo e de ter intimidade com outros seres

humanos, tornamo-nos pessoas saudáveis. O complexo de inferioridade torna os indivíduos receosos, ansiosos e extremamente sensíveis às dificuldades que todos nós encontramos ao longo da vida, fazendo com que abduquemos da responsabilidade de viver de acordo com o sentimento social, que implica respostas cooperativas por parte do sujeito. Este torna-se, então, centrado em si próprio, com considerações e reflexões egoístas acerca de si; tudo isto levaria ao estabelecimento de bases para a neurose. Adler (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) não menciona o conceito de AE. De facto, sendo a AE um objectivo auto-absorvente, o autor talvez a considerasse uma fonte da neurose. “Auto-aceitação” talvez fosse um termo mais aceitável, implicando a coragem de ser imperfeito. A AE adequada implicaria a aceitação, por parte do sujeito, do direito de pertencer à humanidade, bem como a vontade de contribuir para o interesse social do grupo (Bedner, Wells & Peterson, 1989).

Ao contrário do que acontece nas últimas teorias mencionadas, a teoria de Allport (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) foca-se no indivíduo, sendo que o papel da sociedade e da interacção não são mencionados. As influências parentais também são aludidas, mas pouco exploradas. Até aqui, este é o primeiro autor a enfatizar a importância da auto-disciplina, da coragem que é necessária para confrontar os problemas, enquanto meio para atingir uma AE saudável. Allport (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) defende que o desenvolvimento da consciência do *self* prossegue ao longo de linhas de aprendizagem. Assim sendo, desde que nascemos e ao longo do nosso desenvolvimento, vamos adicionando partes ao nosso *self*. A maturação dos aspectos do *self* termina com o cumprir da tarefa final – uma direcionalidade face aos objectivos, conhecer os nossos propósitos, saber onde queremos ir. A estes aspectos do *self*, aqueles que conhecemos em relação a nós próprios, o autor chama *proprium*. Resta, assim, o *conhecedor*, a parte que observa e que organiza os elementos na identidade. O maior contributo da teoria de Allport (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) para o estudo da AE é o reconhecimento da parte desempenhada pelas defesas psicológicas. Retornando ao conceito de complexo de inferioridade de Adler (in Bedner, Wells & Peterson, 1989), também creditado pelo autor em questão, o que, em última instância, separa o desenvolvimento das personalidades normais das anómalas são os métodos que cada indivíduo utiliza para combater o sentimento de inferioridade, métodos estes que podem ir do confronto com os problemas à fuga dos mesmos, passando pela utilização de estratégias defensivas. Assim, nós tornamo-nos saudáveis ao lidarmos com os problemas em vez de os evitarmos.

Rollo May (in May, Angel & Ellenberger, 1977), por sua vez, não descreve o processo de desenvolvimento da existência, nem o papel dos pais, mas fica subentendido que o essencial é que exista uma comunhão entre a nossa existência e a dos que nos rodeiam no início da vida, um espaço onde possamos experienciar a nossa própria e (única) existência.

May (in May, Angel & Ellenberger, 1977) define a existência como sendo o nosso padrão de potencialidades, o nosso sentimento de plenitude enquanto pessoas únicas que somos. Os sujeitos estariam conscientes da sua existência em maior ou menor grau, sendo a relação entre a consciência e a expressão das potencialidades o ponto de equilíbrio entre a saúde mental e a neurose. Quando negamos a expressão de uma parte da nossa existência, das nossas potencialidades, surge um conflito entre existência e inexistência, que traz culpa e ansiedade. Assim sendo, segundo May (in May, Angel & Ellenberger, 1977) ninguém consegue escapar à responsabilidade que temos de existir, de sermos nós próprios, sem sentir a ansiedade e a culpa que surgem associadas a uma AE baixa; a AE depende da coragem para nos permitirmos existir por completo. O autor enfatiza, assim, a importância que a autonomia tem para a AE; devemos ouvir o nosso próprio ser, o que implica algum isolamento e devemos, igualmente, repudiar qualquer aspecto do *self* que possa ter sido definido por uma fonte exterior. Isto não implica, contudo, uma vida em total isolamento, uma vez que o autor reconhece a necessidade que todos temos de nos descentrarmos de nós próprios para nos podermos relacionar com os outros.

Muitos autores focam-se na importância do papel dos pais, como Coopersmith (1967, in Harter, 1983) e Rogers (in Bedner, Wells & Peterson, 1989). Este último considerava que a condição central do desajustamento seria a dissidência entre as avaliações que o sujeito declara de forma consciente e aquilo a que o autor chama a avaliação orgânica dos acontecimentos. Ao longo do desenvolvimento da nossa noção de *self*, nós atribuímos um valor positivo ou negativo às experiências que consideramos, respectivamente, satisfatórias ou ameaçadoras. Um conflito resultante entre estas avaliações e as dos outros significativos pode compelir a criança a deixar de confiar na sua noção interna de *self*, vendo-a como perigosa e alvo de rejeição. Em vez de adoptar esta noção de *self*, a criança pode adoptar os valores dos pais e defini-los como seus, sendo que estas introjecções nunca teriam a validade das experiências directas. Sendo o acesso das reacções primárias à consciência negado, os valores que poderiam ser construídos com base nestas reacções não são, do mesmo modo, permitidos na consciência, o que originaria um auto-conceito distorcido; o sujeito sente-se, mais tarde, como se não se conhecesse a si próprio (Rogers, in Bedner, Wells & Peterson, 1989). Assim, à semelhança de May, o autor sugere que as pessoas que têm uma AE elevada se tornam elas próprias e não os introjectos que lhes foram impingidos pelos outros. A AE depende, então, da coragem para nos tornarmos e nos mantermos autênticos.

A década de 80

Apesar da relevância dada por James ao *self*, só a partir de meados do século XX a AE

ganhou verdadeiramente relevo na Psicologia, sendo que só por esta altura começou a ser objecto de estudo. Segundo Rosenberg (1989), isto deveu-se, em grande parte, ao facto de o behaviorismo ter sido o paradigma dominante ao longo da primeira metade do século supracitado. Sendo o foco desta corrente teórica aquilo que é mensurável e observável, a AE, de natureza claramente subjectiva, não tinha lugar enquanto objecto de estudo e de interesse para Watson e os seus contemporâneos.

Até à década de 80, a pesquisa no que respeita à AE revelou-se pouco frutuosa. Segundo Wylie (1989), tal deveu-se, em parte, à ausência de cientificação das teorias então postuladas. Contudo, Markus e Wurf (Bedner, Wells & Peterson, 1989) afirmam que o progresso que se tornou notório por esta altura se deveu, essencialmente, ao abandono das teorias unidimensionais da AE. As concepções do *self* posteriores às supracitadas surgem, então, em resposta aos resultados inconsistentes da pesquisa da AE. O *self* passa, pois, a ser visto como uma estrutura dinâmica interpretativa que medeia os processos intrapessoais mais importantes (como a motivação) e uma grande variedade de processos interpessoais (como a reacção ao feedback) (Markus & Wurf, in Bedner, Wells & Peterson, 1989). A divisão do *self* em vários tipos de *self* que podem desaproveitar-se mutuamente cria “um mecanismo cognitivo no qual a AE negativa pode ser experienciada” (Bedner, Wells & Peterson, 1989, p.44).

Algumas das teorias que surgiram na década de 80 ficaram conhecidas como Teorias da Disparidade. Estas teorias sugerem a importância das discrepâncias para explicar a baixa AE. Higgins (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) refere a existência de três tipos de *self*, que corresponderiam a três diferentes modos de o sujeito se ver a si próprio: o *self* real, o *self* ideal e o *self* de dever (aquele que representa as características que nós esperamos, razoavelmente, atingir). A discrepância entre estes tipos de *self* traria desconforto ao sujeito, sendo que as disparidades entre quaisquer destes tipos de *self* acarretariam consigo uma diminuição dos níveis de AE. Também Rosenberg (1965) postula uma distinção similar entre os vários tipos de *self*: o *self* existente (corresponde ao modo como nos vemos na realidade), o *self* desejado (corresponde àquilo que gostaríamos de ser) e o *self* demonstrado (aquele que procuramos mostrar aos outros), acrescentando o *self*. Rosenberg (1965) afirma, contudo, que nenhum de nós pode conhecer o *self* real, o nosso verdadeiro *self*; o que nós fazemos é criar e interpretar imagens do *self*. À semelhança de Higgins, Rosenberg (1965) descreve o *self* desejado como tendo uma componente de compromisso (a parte do *self* desejado que nós acreditamos que podemos alcançar), juntamente com uma componente idealizada e com o ego ideal, uma componente moral (que, na realidade, é mais um conjunto de padrões e de valores perante os quais o sujeito se sente no dever de agir do que propriamente uma auto-imagem). A sua importância particular na AE é a auto-censura que se segue à quebra dos nossos padrões e/ou

valores e que, aparentemente, traz mais danos directos para o *self* do que outros fracassos (Rosenberg, 1965). A importância do *self* demonstrado, por sua vez, surge nas tentativas que as pessoas fazem de gerir as impressões que criam nos outros. Aqui, a questão da disparidade assume particular importância. Segundo o autor, o *self* moral pode ser díspar da imagem que o sujeito mantém no seu íntimo podendo, assim, entrar em conflito com os outros componentes do auto-conceito. A nossa tentativa de impressionar os outros pode ser vista pelo *self* como uma farsa, o que faria com que qualquer feedback recebido fosse atribuído a essa farsa e com que, conseqüentemente, não pudéssemos acreditar nesse feedback. Outra suposição seria a de que podemos estar tão inseguros no processo de verificação do nosso *self* demonstrado que procuramos, constantemente, a verificação dos outros. Isto leva a que tenhamos de convencer os outros que temos certas características para que possamos acreditar que as temos. Conseqüentemente, nunca conseguimos definir o nosso *self*, não sabendo quem somos, e vivendo na constante angústia de que a imagem confirmada por uma pessoa pode ser invalidada por outra.

Greenwald e Breckler (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) propõem a existência de quatro facetas do *self* que se desenvolvem sequencialmente desde que nascemos: o *self* difuso (orientado apenas para a sobrevivência e para as necessidades relacionadas com o prazer), o *self* público (que procura constantemente aprovação e verificação social do seu valor), o *self* privado (que atenta mais nas suas próprias avaliações, atitudes e estados afectivos) e o *self* colectivo (formado à medida que nos identificamos com o nosso grupo de referência e que internalizamos os objectivos do mesmo). Segundo os autores, provavelmente existiria, igualmente, uma AE privada e uma AE pública. A AE negativa, que poderia ocorrer a qualquer nível, resultaria do fracasso que ocorre quando o sucesso é esperado. Contudo, a disparidade também tem importância nesta teoria, sendo que os objectivos do *self* privado e do público podem entrar em conflito; na presença de outros significativos, podemos procurar satisfazer as necessidades de acreditação social que, na realidade, podemos considerar indignas da necessidade de realização do *self* privado, o que originaria uma fonte de insatisfação consigo próprio.

Dentro das teorias da disparidade, Schlenker (in Bedner, Wells & Peterson, 1989) refere-se à disparidade entre a identidade situada e a identidade geral. Considera que a compreensão da nossa identidade é essencial a funções como a auto-regulação e a avaliação de elogios. Contudo, segundo o autor, há alturas em que nos encontramos em circunstâncias sociais nas quais há pressões ambientais que forcem uma identidade situada, uma identidade de acordo com aquele momento e situação, que pode, ou não, corresponder às características da identidade geral. Uma vez mais, podem surgir disparidades entre os dois tipos de

identidade, que originariam conflitos passíveis de afectar o bem-estar psicológico do sujeito.

Os modelos acima mencionados vêem a AE como uma componente na construção do *self*. A discrepância entre diferentes tipos de *self* ou de identidade é considerada uma fonte essencial de baixa AE. Ao contrário do que faziam os teóricos mais antigos, os autores mais recentes vêem o *self* como sendo mais personalizado e capaz de originar conflitos. Ainda que James e Cooley, por exemplo, tenham descrito tipos de *self* diferentes, aparentemente consideravam que estes apenas funcionavam como diferentes fontes de informação para o auto-conceito total (Bedner, Wells & Peterson, 1989).

Numa teoria diferente, Epstein (1973) restabelece a manutenção da AE como uma função central das actividades do *self*. Este autor, contudo, enfatiza mais o sentido de controlo do indivíduo do que a congruência entre os tipos de *self* ou a correspondência entre as aspirações e os sucessos. Epstein (1973) sugere que o *I* procura retirar sentido dos interesses e capacidades do *me*, criando, assim, uma teoria do *self* que, posteriormente, se expande através da assimilação de novas informações ou da resolução de conflitos internos. A ansiedade surge quando a nova informação não é assimilável no momento, conduzindo a um conflito que motiva a pessoa a procurar uma solução ou, por outro lado, a criar defesas para proteger o sistema. Esta última hipótese pode levar a que o sujeito vede o *self* a experiências correctivas, o que danificaria a AE. A confiança na predição e a posterior correspondência das nossas expectativas do *self* seria uma fonte de elevada AE. O autor sugere que as ideias que formam a nossa teoria do *self* se encontram hierarquicamente organizadas, sendo que a AE representa o constructo abaixo do qual todos os outros se organizam. Na categoria abaixo, encontram-se quatro postulados que coincidem com as dimensões auto-avaliativas sugeridas por Coopersmith (in Harter, 1983): a competência, a auto-aprovação moral (que Coopersmith designa por virtude), o poder e o merecimento do amor (que Coopersmith designa por significância). Estas dimensões, como esperado, têm obtido vários graus de ênfase por diversos autores.

Independentemente das diferenças nas teorias explicativas da AE, há algo que parece ser comum à maioria delas – a ideia de que o *self* é uma entidade social. Stechler e Kaplan (in Mack & Ablon, 1983) defendem que é a integração dos componentes “Eu” e “nós” que concretiza uma entidade completa – um *self*. Também Feuerbach (in Mack & Ablon, 1983) reconhece este aspecto do *self*. Mack e Ablon (1983) acrescentam que estes pontos de vista contêm duas implicações básicas para a discussão da AE: 1) que a AE é uma função complexa e 2), que para a compreensão do desenvolvimento e preservação da AE não podemos considerar apenas o estudo do indivíduo isolado. O nosso sentimento de valor próprio depende sempre, a algum nível, das relações com o mundo exterior. Kohut (in Mack

& Ablon, 1983) referiu a existência de um *self* colectivo, que seria análogo ao *self* individual, mas Mack e Ablon (1983) consideram artificial esta divisão do *self*, dado que este é, desde o início da vida, uma entidade social, definida pelas suas relações em grupos.

As teorias mais recentes

Passamos, agora, a apresentar algumas das teorias mais recentes no que concerne à AE. Durante os anos sessenta do século XX, os modelos unidimensionais da AE eram bastante utilizados. Autores como o supracitado Coopersmith (in Harter, 1983) concebiam a AE como sendo de natureza global, postulando que as crianças não realizam diferenciações na avaliação do *self* entre as várias áreas da sua vida. Porém, os estudos de alguns destes autores, que inicialmente seguiam essa tendência, revelaram outro tipo de constatação.

Susan Harter (1999) considera o desenvolvimento cognitivo como inerente ao desenvolvimento do auto-conceito e da AE. Esta autora define a AE como a apreciação global que cada indivíduo faz de si próprio, apreciação esta que atravessa todas as dimensões da sua vida e que pode reflectir a discrepância entre as percepções de *self* ideais e as reais, à semelhança do que James (1890) afirmava. Harter (1983, 1999) forneceu, inclusive, suporte empírico à teoria jamesiana, através de estudos em cujos resultados os níveis de competência elevados em áreas consideradas importantes para o sujeito surgem associados a níveis de AE semelhante elevados. Voltando ao desenvolvimento da AE, a autora sugere que o desenvolvimento cognitivo afecta este último, uma vez que a representação que um sujeito faz de si próprio depende da competência que este tem para representar o real, encontrando-se, assim, dependente do desenvolvimento das estruturas cognitivas individuais (Harter, 1999).

Harter (1983), em consonância com a perspectiva de Rosenberg (1965), procurou isolar várias dimensões da AE, considerando-as em conjunto com a avaliação dos sentimentos gerais de valor próprio. Sugerindo uma estrutura hierárquica da AE, a autora coloca a AE global no topo, colocando abaixo desta quatro dimensões: a competência, o controlo, o valor moral e a aceitação. Abaixo de cada uma destas dimensões estariam domínios mais específicos, como a competência cognitiva, a física e a social (na dimensão da competência). A eficácia e o controlo (juntamente com a auto-determinação e o desamparo aprendido) também têm sido sugeridos como dimensões da auto-avaliação, principalmente para os autores orientados para as teorias da personalidade e da aprendizagem social (Harter, 1983).

Roman Tafarodi (in Tafarodi & Swann, 2001), por sua vez, sugere uma abordagem bidimensional da AE. A AE global pode, segundo a autora, ser concebida como tendo dois componentes: auto-competência e auto-aprovação (Tafarodi & Swann, 2001). O primeiro refere-se ao sentimento de eficácia ou poder que um sujeito possui, enquanto o segundo é

relativo ao sentimento de valor que um sujeito pode possuir enquanto objecto social. A auto-competência é, segundo Tafarodi e Swann (2001), a consciência positiva das próprias capacidades, que resulta de uma imposição bem sucedida da vontade do próprio sobre o ambiente. A auto-aprovação, por outro lado, remete para a apreciação do valor da pessoa enquanto entidade social, com referência aos padrões interiorizados de “bom” e de “mau”. Por outras palavras, enquanto a auto-competência é uma avaliação relativamente autónoma determinada pelo sucesso constante e pelo fracasso no que respeita à concretização de objectivos, a auto-aprovação requer referências aos valores socialmente transmitidos que definem os constituintes de uma pessoa com valor. Ao mesmo tempo, e conseqüentemente, a auto-aprovação é sensível ao *feedback* interpessoal expressando aprovação ou desaprovação, enquanto que a auto-competência é sensível ao feedback ambiental que assinala a presença ou a ausência do controlo e da auto-determinação (Tafarodi & Swann, 2001).

O sentido de si – a perspectiva de Damásio

Damásio (1999) também nos fala no sentido do si, numa perspectiva muito mais alargada e contemporânea. Ainda que não mencione o conceito AE, nem sequer *self*, podemos retirar, da tese que defende, as origens da nossa noção de nós próprios. Damásio fala-nos da consciência, de como ela surge, de como se constrói – mas, mais do que isso, fala-nos da consciência da consciência, ou seja, da auto-consciência. Sem termos a consciência de nós próprios, como poderíamos sequer situar-nos enquanto avaliadores e objectos? Sem um sentido do si, como poderíamos situar-nos face ao nosso *self* – ao nosso si?

A consciência é, para Damásio (1999), o que dá a conhecer ao sujeito que as imagens dos objectos existem dentro de si, colocando-as na sua perspectiva, ligando-as a uma representação integrada do organismo e permitindo, assim, a manipulação destas em proveito do organismo. Segundo Damásio, consciência e emoção não podem ser separadas, e a consciência é explicada apenas em termos de funções cognitivas “com uma frequência preocupante” (Damásio, 1999, p.37). A consciência existe porque conhecer os sentimentos causados pelas emoções se tornou um ingrediente indispensável à vida. Distinguindo entre dois tipos de consciência, o autor afirma que a consciência nuclear fornece ao organismo um sentido do si no aqui e agora, tem um único nível de organização e é estável ao longo da vida. A consciência alargada, por sua vez, fornece ao organismo um sentido do si elaborado (uma identidade e uma pessoalidade), estando largamente informada acerca do passado e do futuro que antecipa, permitindo-nos criar um sentido de perspectiva individual. Tem vários níveis de organização e evolui ao longo da vida.

O sentido de si é um estado biológico – as raízes profundas do si, incluindo a identidade e a individualidade, podem ser encontradas no conjunto dos dispositivos cerebrais que mantêm o estado do corpo dentro dos seus limites e da estabilidade necessária à sobrevivência. O proto-si, sem capacidades de percepção nem qualquer espécie de conhecimento, é o precursor inconsciente do si nuclear e do si autobiográfico. Os dois tipos de consciência correspondem a dois tipos de si. O si nuclear surge na consciência nuclear, sendo uma entidade transitória, constantemente recriada para todos os objectos com os quais a mente interage. O si autobiográfico, ligado à ideia de identidade, corresponde a um conjunto não transitório de factos e modos de ser singulares que nos caracterizam. Baseia-se na memória autobiográfica, que retém experiências repetidas no si nuclear, constituindo um conjunto de arquivos que descrevem quem nós temos sido física e comportamentalmente e quem tencionamos ser no futuro.

Para Damásio (1999), o sentimento refere-se à experiência mental e privada de uma emoção, enquanto a emoção se refere ao conjunto de respostas (muitas das quais observáveis) que constitui uma emoção. É através dos sentimentos que as emoções iniciam o seu impacto na mente. A consciência tem um papel fulcral, uma vez que só com o início do sentido de si os sentimentos podem tornar-se conhecidos pelo sujeito que os experiencia e exercer influência sobre ele. Aqui, acrescentamos nós, o sujeito pode avaliar-se, tendo consciência do que é e do que sente em relação a si próprio. Damásio (1999) afirma que a ideia que formamos de nós próprios baseia-se na memória autobiográfica, é construída ao longo de anos e é constantemente sujeita a remodelação, sugerindo que grande parte dessa construção, bem como a remodelação, são inconscientes. O si autobiográfico que se manifesta presentemente nas nossas mentes é o resultado das nossas tendências inatas, das nossas experiências de vida e da revisão das memórias dessas experiências que está constantemente em curso sob a influência de factores como o meio e os nossos traços de personalidade. Ou seja, o meio e os nossos traços de personalidade exercem influência sobre o modo como vemos as experiências que acumulamos, o que, por sua vez, exerce influência sobre o modo como nos vemos a nós próprios.

Em jeito de conclusão, saliente-se que, segundo Damásio (1999, p.162), “a questão do que poderá dar ao cérebro um meio natural para gerar a referência singular e estável a que chamamos si permanece sem resposta”.

A AE nos idosos

Apresentadas as principais teorias concernentes à AE, passamos à questão da AE nos idosos. A AE constrói-se na infância em reacção às respostas que o meio providencia face às

exigências da criança (Alaphilippe, 2008). Ao longo dos anos, a esta reactividade juntam-se os mecanismos de comparação com o outro. Estes funcionamentos sócio-cognitivos acompanham o nosso desenvolvimento ao longo da vida e mantêm a sua relevância no adulto idoso. Os estudos realizados no que respeita à AE com pessoas idosas demonstram resultados pouco conclusivos. São muitos os estudos que sugerem uma ligação negativa entre a idade e a AE, ainda que alguns apontem avaliações bastantes elevadas nas pessoas idosas ou mesmo a ausência de correlações entre a idade e a AE. Face às vicissitudes da velhice, talvez fosse de esperar que a AE sofresse uma diminuição nos últimos anos da nossa vida. De um modo geral, contudo, a pesquisa na área da gerontologia não aponta um declínio global da AE aquando da entrada na velhice. Na verdade, a resistência da AE face às mudanças físicas e sociais que o sujeito sofre vai contra todas as expectativas. Segundo Bengston, Reedy & Gordon (in Woods, 1999), os resultados dos estudos até então realizados foram divididos equitativamente entre uma AE igual e uma AE mais elevada em adultos idosos, quando comparados com adultos mais jovens. Um estudo realizado por Robins et al. (in Alaphilippe, 2008), porém, sugere que a AE é bastante estável dos 25 aos 49 anos, aumentando até aos 69 e sofrendo uma ligeira diminuição até aos 90 anos. Um outro estudo, longitudinal, realizado ao longo de um período de dez anos, demonstrou uma estabilidade considerável nas comparações interindividuais e nas médias do grupo (Coleman, Ivani-Chalian & Robinson in Woods, 1999). Neste estudo, também se verificou que a menção frequente a outras pessoas (que não membros da família) estava relacionada com uma AE elevada neste período de tempo, o que sugere a importância do suporte social e emocional nesta fase da vida.

Num estudo de Alaphilippe (2008), verificou-se que quanto mais as pessoas interrogadas se sentiam jovens, mais elevada era a sua AE, tendo-se concluído que mais importante do que a idade cronológica é a idade psicológica do idoso. Neste sentido, também Harter (1983) sugere que, mais do que as idades, devemos considerar factores como as mudanças nos contextos ambientais. Portanto, a idade cronológica em si não surge, necessariamente, como um dos critérios determinantes deste constructo; a AE resulta de processos diversos e, sem dúvida, interactivos, que são influenciados progressivamente pelas performances comportamentais, pela comparação com o outro e pela atribuição das causas dos nossos sucessos e fracassos, bem como pela filiação do grupo ou da posição social. A AE demonstra, assim, ser um aspecto importante dos processos adaptativos em todas as idades da vida, incluindo a velhice (Alaphilippe, 2008; Woods, 1999). O que pode levar, então, à perda de AE no idoso? Uma das preocupações centrais desta faixa etária é a eficiência cognitiva e psicomotora. O declínio inevitável que acompanha a velhice confronta o idoso com os seus fracassos. Quando as expectativas se mantêm elevadas, surge, inevitavelmente, uma

desvalorização de si próprio e um sentimento de perda. Por outro lado, uma adaptação, por parte do idoso, dos seus objectivos à avaliação das suas competências contribui para manter um nível de sucessos satisfatórios que contribuem para a preservação do sentimento de eficácia e do seu valor próprio (Alaphilippe, 2008). No idoso é, portanto, a comparação consigo próprio que induz mormente a perda de AE. Além disso, no nosso contexto cultural, os modelos normativos dominantes não valorizam o adulto idoso, que é vítima de exclusão social e, frequentemente, de maus-tratos.

Tem sido realizada alguma pesquisa no sentido de compreender o processo do envelhecimento, no qual a AE constitui um factor fulcral. Trabalhos de pesquisa realizados nas décadas de 60 e 70 demonstraram que uma AE elevada seria preditora de uma adaptação eficaz e mesmo da sobrevivência em circunstâncias que se prevêem difíceis, como a institucionalização do idoso (Woods, 1999). Mais recentemente, estudos longitudinais confirmaram que a AE é um dos melhores preditores no que respeita à resolução bem sucedida da perda de um ente querido (Lund, in Woods, 1999). Mesmo os efeitos benéficos do suporte social nos adultos idosos em circunstâncias difíceis aparentam dever-se, em grande parte, ao reforço da AE (Krause, in Woods, 1999). Quer consideremos a AE como um elemento que determina a qualidade de adaptação ou como um critério desta última, ela é um aspecto central do envelhecimento bem sucedido (Alaphilippe, 2008).

Segundo Bengston, Reedy & Gordon (in Woods, 1999), as atitudes negativas face à velhice estão relacionadas com uma AE baixa. Há também resultados de estudos longitudinais que sugerem que o medo da dependência e um modo de encarar a velhice negativo são preditores da perda de AE à medida que a fragilidade e a dependência aumentam (Mertens & Wimmers; Coleman et al., in Woods, 1999), ao mesmo tempo que outros estudos (Busse & Reckless; Busse, in Woods, 1999; Vickery et al., 2008) apontam para uma AE baixa como um dos factores relacionados com a depressão na velhice. Também Carp e Carp (in Harter, 1983) se referem à relação entre uma AE elevada e um bom ajustamento à velhice. Grande parte da literatura encontrada nesta área sugere que factores como a AE são determinantes no que respeita à recuperação de doenças agudas, principalmente entre adultos idosos (Conn, Taylor & Hayes; Roberto, in Forthofer, Janz, Dodge & Clark, 2001). Estudos prévios, realizados com populações mais jovens, concluíram que a AE tem uma associação significativa com a saúde física (Funk & Krumholz, in Forthofer et al., 2001), bem como com a saúde funcional propriamente dita e com o funcionamento psicossocial (Forthofer et al., 2001). Uma AE baixa, por sua vez, tem vindo a ser associada com níveis igualmente baixos de auto-eficácia e com pouco cuidado consigo próprio (McGalshan; Rovario, Holmes & Holmsten, in Forthofer et al., 2001; Vickery et al., 2008), factores considerados fulcrais no que respeita ao

funcionamento dos adultos idosos (Smits & Kee, in Forthofer et al., 2001). No que respeita à AE corporal, um estudo de Kaminski & Hayslip (2006) revelou que, na velhice, os homens dão menos importância à sua aparência física e às suas funções corporais, enquanto que as mulheres não. Verificou-se também que os sujeitos incapacitados com idade superior a 74 anos tinham níveis baixos de AE corporal e, igualmente, níveis baixos de AE global.

Instrumentos

No que respeita aos instrumentos destinados à mensuração da AE, há dois que se têm revelado de maior importância no que respeita ao estudo da AE nos adultos: a *Rosenberg Self-Esteem Scale (RSES – Rosenberg, 1965)* e a *Self-Liking and Competence Scale Revised (SLCS-R; Tafarodi & Swann, 2001)*. Esta escala baseia-se na teoria da AE de Tafarodi (Tafarodi & Swann, 2001). É composta por duas sub-escalas (auto-aprovação e auto-competência), com oito itens cada uma. Apesar de ter apresentado boas capacidades psicométricas ao nível da consistência interna e da fidelidade, a SLCS-R baseia-se numa teoria bidimensional da AE, o que significa que não nos fornece um resultado de AE global. Acrescentamos que a SLCS-R, apesar de já ter sido traduzida para português, ainda não foi adaptada à população portuguesa.

Aceder à AE global é, provavelmente, um dos maiores problemas no que respeita à mensuração (Harter, 1983). Segundo Rosenberg (1965), para acedermos a este constructo não podemos limitar-nos a somar partes para chegar a um todo, uma vez que a AE global resulta de uma complexa síntese de elementos no campo fenomenológico do indivíduo. Mais do que os elementos em si, importa as relações entre estes, a sua centralidade e o modo como se combinam. Wylie (1979) salienta precisamente aquele aspecto da RSES, ao referir que esta escala não assume que um grupo de itens de conteúdos heterogéneos (cuja saliência para os sujeitos é desconhecida) pode ser somado para nos dar um valor de AE global. A autora aponta, do mesmo modo, a impressionante fiabilidade para uma escala que contém apenas dez itens, bem como o facto de esta ser breve e directa. A RSES verifica-se, então, ser a escala mais adequada quando o constructo a estudar é a AE global (Harter, 1983), sendo, do mesmo modo, a mais amplamente utilizada, quer pelas capacidades psicométricas que tem demonstrado, quer pela sua adequabilidade relativa às faixas etárias e às diversas características populacionais, tendo já sido traduzida e aferida para várias populações de diversos países.

Referências

- Alaphilippe, D. (2008). Evolution de l'estime de soi chez l'adulte âgé. *Psychologie et Neuropsychiatrie du Vieillissement*, 6 (3), 167-176. Consultado a 11 de Janeiro de 2009 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Bedner, R., Wells, M., & Peterson, S. (1989). *Self-esteem: Paradoxes and innovations in clinical theory and practice*. USA: American Psychological Association.
- Byrne, B. M. (2002). Validating the measurement and structure of self-concept: Snapshots of past, present and future research. *American Psychologist*, 897-908. Consultado a 11 de Janeiro de 2009 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Coopersmith, S. (1975). Estudios sobre la estimacion própria. In R. Atkinson (Ed.), *Psicologia contemporanea* (pp. 393-400). Madrid: Editorial Blume.
- Damásio, A. (1999). *O sentimento de si: O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. Publicações Europa-América, LDA.
- Epstein, S. (1974). The self-concept revisited: Or a theory of a theory. *American Psychologist*, 28 (5), 404-416. Consultado a 11 de Janeiro de 2009 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Forthofer, M., Janz, N., Dodge, J., & Clark, N. (2001). Gender differences in the associations of self esteem, stress and social support with functional health status among older adults with heart disease. *Journal of Women & Aging*, 13 (1), 19-37. Consultado a 11 de Janeiro de 2009 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Harter, S. (1983). Socialization, personality, and social development. In P. H. Mussen (Ed.) & E. M. Hetherington (Vol Ed.), *Handbook of child psychology: vol. 4. Developmental perspectives on the self-esteem* (4^a ed., pp. 321-339). New York: John Wiley & Sons.

- Harter, S. (1999). *The construction of the self: A developmental perspective*. New York: The Guilford Press.
- Hattie, J. (1992). *Self-concept*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- James, W. (1890). *The principles of psychology: vol. 1*. New York: Dover.
- Kaminski, L., & Hayslip, B. (2006). Gender differences in body esteem among older adults. *Journal of Women & Aging, 18* (3), 19-35. Consultado a 10 de Abril de 2009 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Mack, J., & Ablon, S. (1985). *The development and sustenance of self-esteem in childhood*. New York: International Universities Press.
- Marsh, H. (1993). Relations between global and specific domains of self: The importance of individual importance, certainty, and ideals. *Journal of Personality and Social Psychology, 65* (5), 975-992. Consultado a 20 de Março de 2009 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Marsh, H., & Hattie, J. (1996). Theoretical perspectives on the structure of self-concept. In B. A. Bracken (Ed.), *Handbook of Self-Concept* (pp. 38-85). New York: John Wiley & Sons.
- May, R., Angel, E. & Ellenberger, H. (1977). *Existencia: Nueva dimension en psiquiatria y psicologia*. Madrid: Editorial Gredos.
- Moser, A., Niser, S., Oliveira, J., & Quadros, V. (2002). *Proposta de trabalho com um grupo de idosos: Optimização da AE*. 4º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde. ISPA: Lisboa.
- Peixoto, F. J. B. (2003). *AE, auto-conceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar (texto policopiado): estudo das relações entre AE, auto-conceito, rendimento académico e dinâmicas relacionais com a família e com os pares em alunos do 7º, 9º, e 11º anos de escolaridade*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

- Pelham, B., & Swann, W. (1989). From self-conceptions to self-worth: On the sources and structure of global self-esteem. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57 (4), 672-680.
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. New Jersey: Princeton University Press.
- Rosenberg, M. (1986). Self-esteem research: A phenomenological corrective. In J. Prager (Ed.), *School desegregation research: new directions in situational analysis* (pp. 175-203). New York: Plenum Press.
- Rosenberg, M. (1989). Self-concept research: A historical overview. *Social Forces*, 68 (1), 4-44. Consultado a 11 de Janeiro de 2009 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Rosenberg, M., Schooler, C., Schoenbach, C., & Rosenberg, F. (1995). Global self-esteem and specific self-esteem: Different concepts, different outcomes. *American Sociological Review*, 60, 141-156.
- Serra, A. V. (1988). Auto-conceito. *Análise Psicológica*, 6 (2), 101-110.
- Shavelson, R., & Bolus, R. (1982). Self-concept: The interplay of theory and methods. *Journal of Educational Psychology*, 74 (1), 3-17.
- Tafarodi, R., & Swann, W. (2001). Two-dimensional self-esteem: Theory and measurement. *Personality and Individual Differences*, 31, 653-673. Consultado a 11 de Janeiro de 2009 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Vickery, D., Sepehri, A., Evans, C., & Lee, J. (2008). The association of level and stability of self-esteem and depressive symptoms in the acute inpatient stroke rehabilitation setting. *Rehabilitation Psychology*, 53 (2), 171-179. Consultado a 20 de Março de 2009 de EBSCOHost Academic Search Elite data-base.
- Woods, R. (1999). *Psychological problems of agein.: Assessment, treatment and care*. New York: John Wiley & Sons.

Wylie, R. (1989). *Measures of self-concept*. Lincoln: University of Nebraska Press.